



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS**

**GUTIELE GONÇALVES DOS SANTOS**

**“Um só povo de nações tão diversas”:** *escravidão e mestiçagens no Estado do Maranhão  
e Piauí, 1751 - 1800*

**PICOS-PI  
2019**

**GUTIELE GONÇALVES DOS SANTOS**

**“Um só povo de nações tão diversas”**: *escravidão e mestiçagens no Estado do Maranhão  
e Piauí, 1751 - 1800*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do diploma curso de Licenciatura Plena em História, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí.

Orientador: Prof.º Dr. Mairton Celestino da Silva

**PICOS-PI  
2019**

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco  
Divisão de Processos Técnicos

S237u Santos, Gutiele Gonçalves dos.  
"Um só povo de nações tão diversas" : escravidão e mestiçagens  
no Estado do Maranhão e Piauí, 1751 - 1800 / Gutiele Gonçalves dos  
Santos. -- 2019.  
61 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade  
Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros,  
Licenciatura Plena em História, Picos-PI, 2019.  
Orientação: Prof. Dr. Mairton Celestino da Silva.

1. Escravidão - Maranhão - Séc. XVIII. 2. Escravidão - Piauí -  
Séc. XVIII. 3. Miscigenação. 4. Mestiçagem. I. Título.

CDD 981.210 22

**GUTIELE GONÇALVES DOS SANTOS**

**“Um só povo de nações tão diversas”**: *escravidão e mestiçagens no*

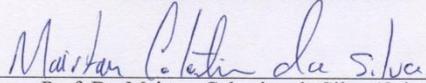
*Estado do Maranhão e Piauí, 1751 – 1800*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do diploma curso de Licenciatura Plena em História, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí.

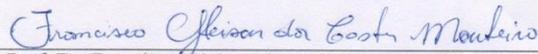
Orientador: Dr. Mairton Celestino da Silva

Aprovado em 21/06/2019

**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. Mairton Celestino da Silva (Orientador)  
Universidade Federal do Piauí – CSHNB



Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro (Examinado Interno)  
Universidade Federal do Piauí – CSHNB

Prof. Ms. Adauto Neto Fonseca Duque (Examinador Externo)  
Universidade Estadual do Piauí – UESPI

PICOS-PI  
2019

## **AGRADECIMENTOS**

Um trabalho de conclusão de curso é feito por muitas mãos e no meu caso não foi diferente. Primeiramente, agradeço a Deus por sempre ter concedido forças para que eu pudesse superar todos os obstáculos que vivi durante esses 5 anos de curso e conquistar meu grande sonho de ter um diploma e, principalmente, ser historiadora.

Agradeço à minha família: minha mãe, que nunca mediu esforços para que eu priorizasse os meus estudos, ajudando no que fosse necessário, seja com palavras de apoio, seja ajudando a resolver e superar cada problema que ocorreu durante essa trajetória ou no dia a dia dessa rotina corrida de estudos e trabalho. Obrigada, mãe, sem você eu não estaria realizando esse sonho que sempre foi nosso. Te amo! À minha irmã, que não tenho palavras para demonstrar a sua importância na minha vida; acompanhou cada instante dessa caminhada, sorriu e chorou comigo; apoiou, incentivou e me fez forte. Só tenho gratidão, por tudo, por tanto. Te amo!

Agradeço à Universidade Federal do Piauí e ao Curso de História pela oportunidade de ingressar nessa instituição que tanto acrescentou em minha vida, pessoal e profissionalmente. A Universidade é uma fonte inesgotável de conhecimento e me sinto tão privilegiada em ter vivenciado tudo que ela tem a proporcionar. Foi na Universidade que tive também a oportunidade de participar de congressos, eventos, aulas, PIBIC, monitoria, projetos de extensão, biblioteca, RU, transporte, estágio, intercâmbio, visitas técnicas. Tudo isso me tornou um ser humano melhor e sempre lutarei para que mais jovens possam ter as mesmas oportunidades que vivenciei.

Faço um agradecimento especial ao curso de História, por ser tão humano, tão acolhedor, por abrir meus olhos e minha mente, por me livrar de tantos preconceitos, por ser aberto ao diálogo, por ensinar, incentivar e por mostrar como é importante lutar por um mundo mais justo. Agradeço ao corpo docente desse curso maravilhoso pela oportunidade de assistir aulas de profissionais tão competentes, aos quais aqui destaco o Professor Dr. Fábio Leonardo, Dr. Agostinho Coe, Me. Carla Silvino, Me. José Lins, Dr<sup>a</sup> Marylu Oliveira, Me. Carla Ingrid, Me. Paulo Mafra, Me. Sabrina Veronica e Dr<sup>a</sup> Erica Lôpo. Vocês marcaram minha vida de uma forma incrível, levarei e compartilharei cada conhecimento adquirido. Agradeço ainda ao meu orientador, professor Dr. Mairton Celestino, por todo o apoio, sugestões, incentivo e ensinamentos transmitidos durante toda a caminhada no curso de História.

Agradeço ao NUPEDOCH – Núcleo de Pesquisa e Documentação em História, por ter sido tão importante para a minha vida acadêmica desde o meu ingresso em 2015. Eu não estaria realizando essa pesquisa com essa temática tão importante se não fosse o empenho dos coordenadores do Núcleo em incentivar e proporcionar novas possibilidades de pesquisas. Sempre serei muito grata por apresentarem a prática da pesquisa em História e ajudarem a ser além de historiadora, uma pesquisadora.

A Universidade proporcionou ainda expandir as fronteiras do conhecimento. Hoje, tenho a honra de finalizar meu TCC e escrever os agradecimentos do outro lado do atlântico. Graças ao Intercâmbio da UFPI, em parceria com o Santander Universities, fui contemplada com uma bolsa de estudos de 6 meses em uma das Universidades mais prestigiadas do mundo: a Universidade de Coimbra, em Portugal. Essa experiência, sem dúvidas, foi a melhor da minha vida. Não tenho palavras para agradecer e demonstrar todo o aprendizado que a mobilidade acadêmica proporcionou. Cá, em Portugal, faço um agradecimento especial ao professor Dr. José Pedro Paiva, pela riqueza de suas aulas, por sua didática incrível, por instigar o posicionamento crítico e, principalmente, dedicar seu tempo para ler e comentar a minha pesquisa de monografia.

Além dos aprendizados construídos na Universidade de Coimbra e do conhecimento que os estudos em Portugal me proporcionaram, tive a oportunidade de aprender coisas novas todos os dias com as amigas incríveis que fiz durante o intercâmbio. Cada um com suas singularidades, culturas, hábitos e sotaques diferentes. Agradeço a vocês que são minhas melhores companhias e fazem com que minha estadia em Coimbra seja mais feliz. Faço um agradecimento especial a Gabriel, Andressa, Tejada e Felipe que além de amigos tornaram-se meu lar, minha segunda família. Amo vocês.

Não poderia deixar de agradecer ao meu grupinho da UFPI que dividiu, durante 5 anos, todas as minhas noites de segunda a sexta. Choramos e sorrimos juntas, apresentamos seminários, sentimos juntas a ansiedade que é esperar as notas serem disponibilizadas no SIGAA (risos), brigamos algumas vezes, mas sempre nos amamos. Vou levar vocês pra vida toda: Débora, Marina, Bruna, Roberta e Kaeline.

Agradeço também aos meus amigos de turma, pela companhia, pelas conversas, pelos sorrisos: Anderson Barão, Thiago, Ranielle e Daniela.

Por fim, faço um agradecimento especial à minha segunda mãe e madrinha, Maria Zilma [*in memória*], por ter sido tão presente na minha vida, por cuidar de mim, pelo apoio e incentivo. Agradeço por ter sido essencial para o meu ingresso na Universidade e por ter

acompanhado meus primeiros passos na graduação e na vida. Te amarei pra sempre, tia  
Zilma!!

## RESUMO

Ao analisar o universo da escravidão e das dinâmicas de mestiçagens no Estado do Maranhão e Piauí durante a segunda metade do século XVIII, a presente pesquisa busca reconstruir as diversas e diferentes histórias dos sujeitos escravizados nos múltiplos contextos da presença portuguesa, analisando, sobretudo, o expansionismo político-administrativo e sua relação com a mão de obra escrava, primeiramente, indígena e, posteriormente, africana e mestiça, através dos incentivos a reproduções endógenas de cativos no ambiente das fazendas. Além disso, busco traçar as estratégias e formas de resistência tecidas por nativos, africanos e mestiços, como a formação da família escrava compreendida através da análise dos registros de batismos e casamentos mostrando como esses sacramentos eram utilizados como uma forma de estratégia para sobrevivência no cativeiro.

**Palavras-chave:** Escravidão, Administração portuguesa, Dinâmicas de mestiçagens e Sacramentos.

## **ABSTRACT**

The universe of slavery and the stories of mestizos in the State of Maranhão and Piauí during the second half of the eighteenth century, a new research on the diversity of indigenous histories, Africans in the various contexts of the Portuguese presence, analyzing, in particular, political-administrative and its relationship with the slave labor, first, indigenous and later, African and mestizo, through the incentives to the reproductions, endogenous of captives in the environment of the farms. In addition, I seek to trace strategies and forms of resistance to change in natives, Africans, and mestizos as a complete academic formation through the analysis of baptismal and marriage records as these sacraments were used as a form of strategy by enslaved subjects.

**Keywords:** Slavery, Portuguese Administration, Dynamics of Mestizos and Sacraments.

Passou rápido feito vento  
Que mal deu pra ver  
Um período em pouco tempo  
E agora TCC

No meio desse caminho  
Muita gente conheceu  
Passou por cada espinho  
E com isso aprendeu

Por todo esse chão andado  
Ela agradece demais  
Estudou no feriado  
Sempre querendo mais

Uma lição foi tirada  
De cada livro que lia  
Andava sempre apressada  
Pelas provas que fazia

No ônibus uma curva  
Era assim todo dia  
Já foi debaixo de chuva  
Mas sempre com alegria

Se pudesse te ajudar  
Assim ela faria  
É guerreira vou falar  
Ia pra monitoria

Hoje aplaudo de pé  
Com toda satisfação  
Linda é o que ela é  
E tem um bom coração

Ainda não acabou  
Fica calma e espera  
Vai com tudo minha flor  
Mestrado aí vai ela!

Poema feito pela melhor irmã do mundo: Ludmila Santos.

## **LISTAS DE SIGLAS**

AHU - ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

APEPI - ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

BNP – BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL

CU – CONSELHO ULTRAMARINO

NUPEDOCH – NÚCLEO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO EM HISTÓRIA

IHGB – INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	4
RESUMO	7
LISTAS DE SIGLAS	10
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – Administração, ocupação dos territórios, resistências e dinâmicas de mestiçagens.	22
1.1 Comércio e poder	22
1.2 Estratégias e Resistências	28
1.3 Dinâmicas de mestiçagens	33
CAPÍTULO II – Batismos, casamentos e a formação da família escrava.	40
2.1 “Antes de tudo deve-se cuidar da alma”: Batismos de escravos e nativos.	40
2.2 Uniões de interesses: Casamentos de escravos africanos, mestiços e nativos	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56

## INTRODUÇÃO

Vinham os pretos parte em cativo, parte fugitivos das mais comarcas, e todos se viram a misturar e confundir, formando *um só povo de nações tão diversas* em que sempre se respira serem os mesmos vícios de cada uma delas realçadas.

(Ouvidor António José de Moraes Durão, 1772)

Em 15 de junho de 1772, o ouvidor da capitania do Piauí, António Moraes Durão, escreve um manuscrito relatando os aspectos sociais, demográficos, econômicos e geográficos da capitania de São José do Piauí.<sup>1</sup> Apesar de não ser o primeiro a escrever a respeito desses assuntos, Durão apresenta informações fundamentais para mostrar quão diversa e complexa era aquela sociedade.<sup>2</sup> Quando se referia aos sujeitos escravizados e populações nativas, o ouvidor teve o cuidado de classificá-los pelas suas cores e os dividir em categorias diversas como, mulatos, mestiços, vermelhos, mamelucos, pretos, curibocas, cabras e cafus. Dar nome a esses sujeitos e ressaltar suas condições ou qualidades era algo extremamente importante para caracterizá-los, classificá-los e hierarquizá-los em grupos sociais e/ou individuais no interior daquela sociedade.

A escravidão foi um sistema complexo que unificou e homogeneizou os sujeitos escravizados. Isso resultou em uma homogeneização de origens e culturas diversas. Os nomes que geralmente são ressaltados com frequência na historiografia dizem respeito às “grandes figuras históricas”. Se for perguntado a você, leitor, o nome de algum rei, padre, bandeirante ou governador, com certeza virá algum nome em sua mente; também, é provável, que conheça alguns feitos desses sujeitos em que você pensou.

---

<sup>1</sup> Intitulado “*Descrição da Capitania de São José do Piauí*” discorre a respeito de aspectos sociais, demográficos, econômicos, geográficos e criminais da cada povoação da capitania: Oeiras, Parnaguá, Jerumenha, Valença, Marvão, Campo Maior e Parnaíba. Além disso, faz um resumo sobre a conquista, colonização e sobre os costumes da população. É considerado um dos manuscritos do século XVIII mais completos e com informações detalhadas.

<sup>2</sup> Quem primeiro recensou a população e as propriedades da capitania do Piauí foi o Padre Miguel de Carvalho, em 1697.

Mas e se a mesma questão for feita relacionada à história de algum escravo ou nativo? Você conhece o nome de algum escravo ou nativo? Conhece alguma história ou as origens desses sujeitos? Dificilmente virá algum nome em sua mente, isso, em grande medida, se deve ao fato de ainda incipientes estudos sobre os sujeitos subalternos historiografia.

As razões em torno da carência de estudos sobre os subalternos na história de deve a um conjugado de fatores, indo da escassez de fontes sobre os indivíduos considerados subalternos, que, via de regra, não tinham o direito de se expressarem, até ao cerceamento de direitos, mesmo estes sendo considerados súditos do rei de Portugal. Dessa maneira, a maioria das fontes aqui trabalhadas são escritas de missionários, párocos, comerciantes, ouvidores e governadores. Mesmo sabendo dos seus limites interpretativos, sempre buscaremos perceber nas entrelinhas desses documentos a atuação e importância dos escravizados, forros e nativos na construção da nossa narrativa histórica.

A classificação das pessoas pela sua cor ou sua condição nos permite distinguir e diferenciar uns dos outros, mostrando a multiplicidade e protagonismo dos sujeitos subalternos, conhecendo seus nomes, origens, culturas, formas de resistências e atuação na sociedade. Para compreendermos a escravidão é necessário percebermos que os sujeitos que faziam parte desse sistema, apesar de ser *um só povo*, pertenciam a *nações tão diversas*.<sup>3</sup>

Ao analisar o universo da escravidão e das relações de subalternidades no Estado do Maranhão e Piauí durante o século XVIII, a presente monografia busca reconstituir os rastros das populações indígenas, africanas e suas dinâmicas de mestiçagens nos múltiplos contextos da presença portuguesa, analisando, sobretudo, o expansionismo político-

---

<sup>3</sup> Ofício do ouvidor do Piauí, António José de Moraes Durão, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], sobre o envio de uma relação dos moradores, fazendas e sítios do Piauí, com as qualidades, sexo e idades, 15 de Junho de 1772, Oeiras do Piauí. AHU – PIAUÍ, Cx. 10, doc. 17/AHU\_ACL\_CU\_016,Cx.12, D. 864. O mesmo documento encontra-se transcrito em MOTT, Luiz. *Piauí Colonial: População, Economia e Sociedade*. 2a Ed. Teresina: APL/FUNDAC/DETRAN, 2010.

administrativo e sua relação com a mão de obra escrava, primeiramente, indígena e, posteriormente, africana e mestiça, através dos incentivos a reproduções endógenas de cativos no ambiente das fazendas.<sup>4</sup>

De 2015 até 2018, cataloguei uma variedade de fontes eclesiásticas, criando um banco de dados com o perfil de mais de cem sujeitos batizados, que permitiu perceber suas qualidades, condições, filiações, idades, os padrinhos, localidades, proprietários, entre outras informações que se faziam presentes nos registros de batismos. Além desses dados, foram transcritos diversos documentos, principalmente os relacionadas à administração colonial e ao desenvolvimento econômico e político, tais como cartas escritas por missionários, condes, ouvidores, homens de negócios e funcionários da Coroa portuguesa disponibilizadas para consulta, sobretudo, em acervos digitais<sup>5</sup>.

Em 2019, na reta final de escrita do trabalho de monografia, tive a oportunidade de participar de um programa de intercâmbio para estudar seis meses na Universidade de Coimbra, fato este que enriqueceu ainda mais a pesquisa, uma vez que nas disciplinas cursadas por mim cursadas em Coimbra propiciaram uma ampliação dos meus conhecimentos em torno dos debates bibliográficos sobre a administração portuguesa nas diversas regiões do império, tais como África, América e em Ásia. Nessa mesma linha, teve também a oportunidade de participar de colóquios, palestras e das aulas dos seminários de doutoramentos em História, bem como ter a orientação do professor Dr. José Pedro Paiva, que nesse curto tempo, comentou e sugeriu novas possibilidades para aprimorar minha pesquisa.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> PAIVA, Eduardo França. Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015; GINZBURG, Carlo. Os fios e os rastros: o verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>5</sup> Os acervos digitais que utilizo são: a Biblioteca Nacional Digital Brasileira, a Biblioteca Nacional de Portugal e o Arquivo Histórico Ultramarino ( Projeto Resgate e fontes online do referido arquivo).

<sup>6</sup> O programa de intercâmbio é uma parceria da Universidade Federal do Piauí com o Santander Universidades através do Programa de Bolsa Ibero Americanas - José Pedro Paiva é, desde 1986, professor na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde tem lecionado disciplinas de História Moderna de

Se em termos de conhecimento da bibliografia tive o apoio do intercambio e das aulas do curso de história, no aprofundamento das fontes e da metodologia apoiei-me nos registros documentais da época, notadamente, aos presentes no Arquivo Público do Piauí e do Maranhão, nos documentos do projeto Resgate, relativo ao Piauí, Maranhão, Pará e Bahia, nos documentos do Arquivo Ultramarino de Portugal (AHU), disponível em CD e através do sítio eletrônico Projeto Resgate/Centro de Memória Digital, bem como nos registros de batismos e de casamentos efetuados na Paróquia de Senhora da Vitória, na cidade de Oeiras, durante os anos de 1760 a 1800, localizados no NUPEDOCH, Por meio dessas fontes, buscamos compreender os significados da escravidão e das dinâmicas de mestiçagens em um espaço - o Estado do Maranhão e Piauí - ainda pouco explorado pela historiografia da escravidão.<sup>7</sup>

As fontes documentais desses Arquivos guardam a particularidade de ainda serem pouco analisadas, ou ainda, como é o caso dos documentos do NUPEDOCH, serem inéditos. Entre os documentos, disponibilizados pelo NUPEDOCH encontramos registros de batismos e de casamentos que permite ao historiador elucidar aspectos importantes daquela sociedade, tais como as constituições familiares dos africanos, nativos e mestiços, os laços de compadrios instituídos no interior e fora das fazendas, as origens étnicas dos africanos escravizados e a demografia escrava das fazendas, visto que esses registros são um dos poucos documentos pelos quais podemos ter acesso ao número aproximado dos moradores das fazendas públicas e fazendas privadas da Capitania do Piauí.

O território no qual compreendemos hoje por Brasil passou por diversas configurações territoriais. A Coroa portuguesa se interessou em melhor definir seus limites

---

Portugal, Cultura Portuguesa e seminários de pós-graduação sobre a Inquisição. Preparou o seu doutoramento no Instituto Universitário Europeu (Florença), pelo que, desde cedo, têm' manifestado preocupações com a História comparada.

<sup>7</sup> O NUPEDOCH encontra-se localizado na Universidade Federal do Piauí – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros e disponibiliza um espaço para realização de atividades e pesquisas possibilitando o acesso a documentos eclesiásticos referentes às igrejas e paróquias do Piauí, digitalizando e catalogando essas fontes contribuindo e incentivando a pesquisa em diversas áreas do campo historiográfico.

territoriais de modo a facilitar a administração e evitar eventuais problemas de fronteiras com outras potências europeias.<sup>8</sup> Dessa maneira, o período a ser abordado nessa pesquisa começa em 1751 e vai até 1800. A data de início é marcada pela nova reconfiguração territorial que acontece em 1751 com o estabelecimento do *Estado do Grão-Pará e Maranhão*.

Em 1759, a Vila da Moucha é elevada a cidade, marcando assim a criação da cidade Oeiras. Nesse momento da pesquisa, analisaremos os registros eclesiásticos referentes à Paróquia de Nossa Senhora da Vitória, buscando perceber os múltiplos sujeitos – população indígena, africana e mestiça –, seus laços familiares, suas condições e qualidades, bem como suas estratégias de luta e resistências.<sup>9</sup> Por meio desses documentos, buscaremos compreender o passado desses sujeitos e os distintos cenários de estruturação da escravidão e das dinâmicas de mestiçagens nessa parte do Brasil do século XVIII.

Depois de 1772, há uma nova configuração territorial, na qual se estabelece o *Estado de Grão-Pará e Rio Negro e o Estado do Maranhão e Piauí*. Nesse mesmo período,

---

<sup>8</sup> No século XVII existiam duas grandes repartições representadas pelo Estado do Maranhão (norte) e o Estado do Brasil (sul). No século seguinte, o Estado do Maranhão passou por diversas mudanças territoriais e diferentes denominações. Em 1718 - 1751 houve a criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará, posteriormente, em 1751 - 1772, estabeleceram o Estado do Grão-Pará e Maranhão e, findando o século XVIII, ocorreu a separação dessas unidades da administração portuguesa formando o Estado de Grão-Pará e Rio Negro – Estado do Maranhão e Piauí. Ver, CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). Revista Brasileira de História, v. 26, n. 52, p. 79-114, 2006. Sobre o assunto, ver: “Relatório do bacharel João Antônio da Cruz Diniz Pinheiro, ouvidor que foi do Maranhão, composto em 1751. Notícia do que contém o Estado do Maranhão em comum, e em particular sucintamente dentro no seu distrito”. IN\_ AZEVEDO, João Lúcio de. Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização. Belém: SECULT, 1999, p. 346. A transcrição do documento consta na nota E do apêndice do referido livro. Sobre as disputas entre as monarquias católicas por terras e conflitos de fronteiras a partir das representações cartográficas, ver FURTADO, Júnia Ferreira. Oráculos da geografia iluminista. Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

<sup>9</sup> De acordo com Francisco Augusto Pereira da Costa, João Pereira Caldas, que antes servia na administração portuguesa da Capitania do Grão Pará, recebe por carta régia de 29 de Julho de 1759, e por patente de 21 de agosto, a missão de administrar a capitania do Piauí, bem de criar vilas e uma nova cidade, a ser elevada na antiga vila da Mocha a que dera o nome de Oeiras. Para executar a tarefa, Pereira Caldas recebeu o posto de coronel de Cavalaria e um soldo anual de 2:000\$00 anuais. Cf. COSTA, Francisco A. Pereira da. Cronologia histórica do Estado do Piauí. 3ª Ed./v.1. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015, p. 132. Sobre os registros de Batismos e de casamentos da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, há um banco de dados construído no projeto PIBIC-UFPI denominado Escravidão, africanos e mestiços no Estado do Maranhão e Piauí, séculos XVII e XVIII e desenvolvido pela discente Gutiele Gonçalves dos Santos com orientação do professor Dr. Mairton Celestino da Silva.

no final do século XVIII, ocorre a expulsão dos jesuítas, episódio acompanhado de muitos relatos e fartamente documentado por autoridades coloniais, a exemplo dos escritos do Ouvidor Antônio José de Moraes Durão, agente colonial interessado em transformar as unidades de produção de gado vacum e cavalariças dos administradores religiosos da Companhia de Jesus em fazendas da Coroa portuguesa, a serem denominadas de fazendas da Nação ou fazenda do Real Fisco<sup>10</sup>.

Todas essas divisões administrativas e territoriais nos mostram a engenhosidade política e administrativa daquele período, marcado por estratégias para ocupar e extrair o máximo possível do Novo Mundo. Antônio M. Hespanha, em sua obra “*Às vésperas do Leviathan*” ao defender a ideia do pluralismo político como orquestrados da política ultramarina portuguesa, argumenta que a despeito do que se imaginava sobre os estados absolutistas, o poder da Coroa portuguesa não era centralizado, ao contrário disso, sua difusão se fazia mediante uma política de micro-pactos com agentes e autoridades locais nos quatro cantos do mundo.

Assim, o Estado moderno português se estruturou pela relação de poder central e poderes periféricos, logo a imagem do rei se fazia presente através dos agentes da administração e ocupantes de cargos importantes a partir de uma engenhosa política de pactos, preservando, de um lado, as hierarquias e as relações de poder entre súditos locais e, do outro, sustentando o poder da Coroa nas mais distantes e diferentes partes do império ultramarino português<sup>11</sup>.

O Piauí permanece sob a jurisdição do Maranhão até o início da década de 1810. Dessa maneira pretendo abarcar minha pesquisa até o final do século XVIII, para

---

<sup>10</sup> Ver a íntegra do documento em, MOTT, Luiz. Piauí Colonial: População, Economia e Sociedade. 2a Ed. Teresina: APL/FUNDAC/DETRAN, 2010. Ver também LIMA, Solimar Oliveira. Braço Forte: Trabalho escravo nas Fazendas da Nação no Piauí – (1822 – 1871). Passo Fundo: UPF, 2005.

<sup>11</sup> HESPANHA, António Manuel. *Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político: Portugal-séc. XVII*. 1994. Sobre as elites locais ver, também RAMINELLI, Ronald José. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.

compreender a engenhosidade administrativa e política do Piauí e Maranhão durante todo o século que estava unido, porém, com características e histórias singulares – dando ênfase na História do Piauí. Dessa maneira, o recorte temporal se estabelece do ano de 1710 a 1800.

Nos documentos acima citados, podemos perceber os mais diversos sujeitos daquela sociedade, tais como índios, africanos, mestiços, pardos e mulatos, recebendo os sacramentos cristãos, o que permite ao historiador elucidar aspectos importantes daquela sociedade, a exemplo das constituições familiares entre esses sujeitos, dos laços de compadrios instituídos no interior e fora das fazendas, os arranjos familiares escravistas, assim como as origens étnicas dos africanos, catalogadas até agora e composta majoritariamente por Jejes, Minas, Congo, Ganguela [Benguela], Cacheu, Rebolo, Moçambique e Umbaca.<sup>12</sup> Para os mestiços, as denominações pardos, mulatos, mamelucos, caboclos, crioulos, curibocas, entre outros, aparecem nos documentos, evidenciando, portanto, a pluralidade de cores e de qualidades desses sujeitos.

Aqueles que viveram o século XVIII e o início do XIX e escreveram em forma de testamentos e/ou memórias, como o testamento do sertanista Domingos Afonso Sertão e do Padre Domingos Gomes;<sup>13</sup> tratados descritivos, como o do Ouvidor Antônio José de Moraes Durão – *Descrição da Capitania de São José do Piauí – 1772*;<sup>14</sup> Cartas como a escrita pelo

---

<sup>12</sup> Sobre o tráfico de escravos para o Norte do Brasil, ver BARROSO JUNIOR, Reinaldo. Nas rotas do Atlântico Equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800). Salvador: UFBA, Dissertação de Mestrado, 2009. ALENCASTRO, Luís Felipe de. O Trato dos viventes. A formação do Brasil no atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. FALCI, M. B. K. ; MARCONDES, R. L. “Escravidão e reprodução no Piauí: Teresina (1875)”. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 430, p. 53-68, 2006. Ver: SLENES, Robert W. Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. Editora Nova Fronteira, 1999. FLORENTINO, Manolo. Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

<sup>13</sup> “Testamento de Domingos Afonso Sertão, descobridor do Piauí”. IN\_ ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória Cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí*. Teresina: SEDUC, 2005.p.160. *Memória de Domingos Gomes sobre a descrição das fazendas existentes no Piauí*. AHU- PIAUÍ – CU- 016, Cx. 7. Doc. 15. 02 de Dezembro de 1722. Logo após a morte de Domingos Sertão, o jesuíta Domingos Gomes se dirige as fazendas de falecido em terras do Estado do Maranhão a fim de as inventariar e, com isso, remeter aos membros da Companhia de Jesus informações detalhadas sobre suas futuras posses. AHU

<sup>14</sup> Ofício do ouvidor do Piauí, Antônio José de Moraes Durão, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], sobre o envio de uma relação dos moradores, fazendas e sítios do Piauí, com as qualidades, sexo e idades, 15 de Junho de 1772, Oeiras do Piauí. AHU – PIAUÍ, Cx. 10, doc.

ouvidor José de Barros Coelho, acerca dos *assassinatos de senhores praticado por escravos*; carta do Padre Antônio Machado sobre os *meios utilizados para a salvação das almas* dos escravos e nativos; *Carta explicando a melhor maneira de comerciar escravos* de Manoel Joaquim Jorge figuram como fontes essenciais no desenvolvimento dessa pesquisa.<sup>15</sup>

Descrita os fontes, a metodologia e os referências bibliográficos, informo ao leitor que a monografia encontra-se estruturada em dois capítulos. Assim, no primeiro capítulo o recorte temporal abarca os anos de 1751 – 1772 e tem como princípio compreender o estabelecimento do *Estado do Grão- Pará e Maranhão*. Esse período foi marcado por disputas e conflitos entre colonos e religiosos, sobretudo pelo controle da população nativa e comércio de escravos em um momento de reorganização administrativa do império português. No capítulo, far-se-á uma breve discussão a respeito das divisões administrativas e territoriais, além de perceber as formas de resistência, as dinâmicas de mestiçagens e o protagonismo dos sujeitos subalternos, conhecendo suas qualidades, condições, culturas, formas de resistências e atuação na sociedade. Para isso, além dos registros de batismos e casamentos utilizo cartas escritas por ouvidores relatando os casos de resistência dos escravos, relatos de autoridades sobre a multiplicidade de (cores) *qualidades e condições* de escravos e nativos, além de manuscritos de missionários e outras autoridades dissertando sobre assuntos relacionados aos sujeitos subalternos do Maranhão e Piauí na segunda metade do século XVIII.

O capítulo II abarca desde 1772, quando há uma nova configuração territorial, na qual se estabelece o *Estado de Grão-Pará e Rio Negro e o Estado do Maranhão e Piauí*, até 1810, período em que o Piauí permanece sob a jurisdição do Maranhão. Nesse momento da

---

17/AHU\_ACL\_CU\_016,Cx.12, D. 864. O mesmo documento encontra-se transcrito em MOTT, Luiz. *Piauí Colonial: População, Economia e Sociedade*. 2a Ed. Teresina: APL/FUNDAC/DETRAN, 2010. Os documentos analisados foram encontrados no Arquivo Público do Piauí, Biblioteca Nacional Digital – RJ e na Biblioteca Nacional de Portugal.

pesquisa analisaremos as relações estabelecidas entre os sujeitos daquela sociedade através das fontes eclesiásticas, como os registros de batismos e casamentos de escravos africanos, pardos, pretos, mulatos e nativos, analisando a formação da família escrava percebendo as diferentes e diversas finalidades/estratégias em que os sacramentos eram utilizados, tanto pelas autoridades envolvidas, como pelos sujeitos escravizados. Utilizarei também alguns manuscritos de autoridades da época como o Padre Antônio Machado e Padre Domingos Gomes.

## **CAPÍTULO I – Administração, ocupação dos territórios, resistências e dinâmicas de mestiçagens.**

### **1. Comércio e poder**

O território no qual compreendemos hoje por Brasil, passou por diversas configurações territoriais desde a invasão dos portugueses, quando iniciaram a colonização e povoação dessas terras. A Coroa Portuguesa necessitava fazer as repartições de limites de terras de modo que facilitasse a administração colonial e conforme fossem se estabelecendo no Novo Mundo essas divisões iam se modificando. Todas essas divisões administrativas e territoriais nos mostram a engenhosidade política daquele período, que, apesar de existir o rei que detém todo o poder, este não atuava sozinho.<sup>16</sup>

A historiografia sobre o ultramar português raramente consegue abarcar uma única perspectiva sobre o “império” na sua globalidade. Apesar disso, alguns historiadores são referências em suas áreas de estudos por proporem sínteses acerca da estrutura de poder e da administração de uma maneira mais global, como por exemplo, António Manuel Hespanha, Luiz Felipe Thomaz, Laura de Mello e Sousa, Francisco Bethencourt, entre outros estudiosos.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> Sobre as disputas entre as monarquias católicas por terras e conflitos de fronteiras a partir das representações cartográficas, ver FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da geografia iluminista. Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D’aville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

<sup>17</sup> HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do leviathan: instituições e poder político: Portugal, séc. XVII*. Livraria Almedina, 1994; THOMAZ, Luís Filipe Ferreira Reis. *De Ceuta a Timor*. Difel, 1994; LAURA DE MELLO, E. Souza. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*.

As conclusões sobre esse assunto ainda são controversas o que gera muitas discussões no campo historiográfico, justamente por não haver uma unanimidade sobre o tema em questão. Alguns historiadores divergem entre si nas suas análises, a exemplo de António Manuel Hespanha, Pedro Cardim e Tamar Herzog que não concordam com a proposta analítica de Francisco Bethencourt no que tange à forma de organização política no império nas quartas partes do mundo e, no caso da nossa pesquisa, em áreas consideradas periféricas.

De acordo com Hespanha, apesar de o rei representar a centralidade do poder político, na prática, o *Antigo Regime* se caracterizava como politicamente plural, ou seja, o poder régio não era exclusivo, mas sim repartido e disperso entre a metrópole e suas periferias. Por certo, isso ocorria por diversos fatores, tanto pela falta de uma comunicação veloz entre os territórios de presença portuguesa, quanto pelo fato de cada local possuir uma cultura política-administrativa diferente, impedindo um modelo único para todas as realidades do império ultramarino. Historiadores como Pedro Cardim e T. Herzog também compartilham desse pensamento em que a “noção de monarquia é policentrada”, ou seja, o centro de poder em que são tomadas as decisões não precisava vir necessariamente do rei, a existir, portanto, no império um sistema complexo em que dentro das próprias periferias há centros de poderes locais.

Em contrapartida, Francisco Bethencourt defende que a Coroa, representada pela figura do rei, seria o poder superior que mantinha em equilíbrio o domínio português de maneira eficaz nos diversos territórios do império. O historiador caracteriza esse modelo de império através de uma metáfora que a conceitua de “Nebula of power” podendo ser traduzido para o português como “Nuvem do poder”, sendo justamente o princípio de manutenção de um império português instável, ao possibilitar que agentes locais e regionais possam competir entre si, concedendo-lhes certa autonomia e poder, mas sempre “permitindo a tutela régia do sistema.” Essa competição local dos poderes faziam com que os agentes vigiassem uns aos outros, sendo assim os olhos do rei nos territórios distantes do império, pois qualquer falta que algum agente cometesse, seria denunciado para a autoridade superior<sup>18</sup>

---

Companhia das Letras, 2006; BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti Narayan. *História da expansão portuguesa*. Círculo de Leitores, 1998.

<sup>18</sup> BETHENCOURT, Francisco. Configurações políticas e poderes locais. *A Expansão Marítima Portuguesa*, v. 1400, n. 1800, p. 207-264, 2010.

Os homens de confiança do rei quando chegavam ao novo território iniciavam um processo de exploração do desconhecido e, portanto, tinham o dever de reportar ao rei tudo que fosse produzido, feito e descoberto. As pessoas que embarcavam para essas novas terras geralmente recebiam algum título ou cargo concedido pelo rei, além de receberem a posse de terras que, na maioria dos casos, significava usufruir dos muitos benefícios, tais como um território vasto, cheio de possibilidades e de riquezas ainda não exploradas.

A partir disso, serão solicitadas com freqüência diversas informações acerca do funcionamento daquele território, sobre a economia, as riquezas encontradas, a escravidão indígena, a população local, seu desenvolvimento, os conflitos que surgiam, entre diversos outros assuntos. Esses documentos e cartas enviadas à corte nos ajudam a compreender como funcionava aquela sociedade de *Antigo Regime nos trópicos*. Esses documentos/fontes históricas nos permitem conhecer o contexto político-administrativo da expansão portuguesa no Novo Mundo, principalmente no que se refere ao Estado do Maranhão e Piauí do século XVIII, além de perceber o processo de ocupação de terras, o comércio de escravos africanos e mestiços, a exploração de mão de obra indígena e os conflitos e alianças entre colonos, missionários, nativos e escravos.

No início da colonização, a atividade escravocrata acontece de forma mais intensa no litoral nordestino, além da presença dos portos, eram regiões mais povoadas e com uma economia mais desenvolvida como é o caso da Bahia e Pernambuco. Porém, aos poucos, os sertões começam a ser ocupados. Com essa ocupação, há a necessidade da exploração escrava nas áreas agropastoris, visto que para desenvolver a economia nesses locais será necessária a utilização da mão de obra escrava, indígena e, posteriormente africana, iniciando além do tráfico externo (litoral), o tráfico interno (sertões) contribuindo para a expansão portuguesa além dos seus domínios de produção no litoral.<sup>19</sup>

Devido às grandes extensões de terra disponíveis para além da faixa litorânea, com solo e clima favorável, a pecuária foi uma das principais atividades desenvolvidas no que posteriormente viria a ser chamado de Piauí. O gado vacum e cavalar era essencial para o transporte, utilização do couro, servia de alimento e tantas outras utilidades, com isso o número de fazendas foram aumentando cada vez mais. Podemos exemplificar com a carta expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha na cidade de Oeiras, em 1771, solicitando que enviassem armamentos da Bahia como pólvora e espingardas para guerras que “frequentemente se faziam presentes”. Para o transporte desses materiais, solicitou-se

---

<sup>19</sup> MOTT, Luiz. Piauí Colonial: População, Economia e Sociedade. 2ª Ed. Teresina: PL/FUNDAC/DETRAN, 2010;

que fossem conduzidos “tudo em cavallos das fazendas desta administração, que fiz prevenir, para evitar deste modo a maior despeza de semelhante transporte”.<sup>20</sup>

Todo interesse na ocupação dos territórios, no desenvolvimento da economia e na administração dessas propriedades, visava algo maior, a possibilidade de encurtar as distâncias, expandir o poder real e criar conexões de um território a outro, pois nesse período o tráfico por mar e o comércio de produtos naturais a quem tanto o Piauí e Maranhão participavam estava avançando cada vez mais e deveria se intensificar.

Concomitante a esse interesse em avançar aos sertões, o tráfico/tráfego negreiro por terra ganharia proporções. Estevão Martins Torres, de acordo com os manuscritos da época, era o “Administrador Geral do Contrato de Escravos de Angola”. Um negociante muito ativo e influente, além disso, também era Contratador de sal do Estado do Brasil,. As fontes sobre o contratador são as mais variadas possíveis e mostram que o contratador tinha contatos com outros negociantes no Brasil, sobretudo do Rio de Janeiro e São Paulo, já que todo o sal que abastecia os sertões era proveniente do porto de Santos. Estevão, ora escreve da Bahia, ora do Pernambuco e às vezes do Rio de Janeiro e faz despacho de navios das mais diversas partes da África, a exemplo de São Tomé, Cabo Verde e Luanda, fato este que nos mostra o dinamismo de sua atividade, sempre em movimento e em contato com pessoas e produtos no atlântico e nos sertões do Brasil.

Em 1739, Estevão faz o pedido de uma certidão para compra e transferência de Escravos de Pernambuco, passando pela Bahia até chegar ao destino final, em Minas Gerais. O documento pontua a necessidade dos “condutores de escravos” fazerem todo o percurso com os “contratos dos direitos dos escravos” em mãos, caso no caminho fosse necessário comprovar a posse daqueles escravos. A Viagem seria por mar e por terra com previsão de três anos de duração, como abaixo exemplifica:

Faço saber a vos provedor da fazenda das minas gerais que Estevão Martins Torres rematou no meu cons. Ultramarino o contrato da saída dos escravos que de Pernambuco vão para as minas gerais por mar e terra por tempo de três anos que vão de principiar no primeiro de janeiro de mil setecentos e quarenta com a condição de que serão obrigados os condutores dos escravos a apresentar os despachos que tirarem por onde conste ter pago os direitos dos mesmo escravos em Pernambuco os quais apresentaram nos registros e contagem das minas para onde entrarem<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> Carta pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha - Capitania do Piauí. Registo de Cartas: 1769-1771. SPE. COD. 009 ESTN. 01 PRAT. 01 Página 35. APEPI

<sup>21</sup> Carta Régia e certidão sobre compra e transferência de escravos de Pernambuco para Minas Gerais por Estevão Martins Torres. Lisboa, 1739 – 1740. 6p. Orig. MS. Coleção Casa dos contos.

Depois de 1756, os relatos nos informam do falecimento do contratador, porém, o legado de comércio estabelecido por Estevão não morre com ele, sua esposa, Maria Teresa de Abreu, torna-se a Contratadora de escravos do Reino de Angola e mantenedora do comércio de cativos entre Africa e os sertões do Brasil. Maria Teresa não se limita apenas ao comércio, exige em documentos que seus direitos como negociante sejam respeitados, como, por exemplo, o de cobrar o devido ajustes de modo a beneficiá-la no ressarcimento da venda de escravos aos senhores do Maranhão mediante acordos comerciais com a Companhia Geral do Pará e Maranhão.<sup>22</sup>

Nesse contexto, uma das principais preocupações da Coroa Portuguesa era o aumento significativo desse comércio. Em 1798, Joaquim Manoel Jorge, é solicitado a enviar seu parecer sobre a melhor maneira de comercializar escravos para o aumento desses na capitania. Ele ressalta que não era uma atividade fácil de ser realizada, principalmente porque existia muitas pessoas interessadas nesse comércio e todos se achavam habilitados para isso. Em suas palavras:

Alcançará semelhante fim por via de uma sociedade, em todo tempo será dificultoso e muito mais nas atuais circunstâncias, por que sendo o comércio da escravatura livre como é e como me parece dever sempre ser todos se acham habilitados para o mesmo, para fazerem as suas expedições para os portos do Brasil que mais lhes convém.<sup>23</sup>

O comércio de escravos era essencial para a manutenção da economia em ordem, tanto a Coroa portuguesa como os homens de negócios eram extremamente dedicados ao trato de carnes negras e de especiarias. Em 1791, Dionísio de Freitas Vasconcelos organiza um abaixo assinado dirigido ao Conde de Linhares, Rodrigo de Sousa Coutinho, para demonstrar a gratidão e reconhecimento pelos bons serviços prestados ao comércio e à navegação.

Todo o corpo do comércio da mesma cidade e das de Lisboa e Portos que entre si tem ligado uma correspondência de recíprocos interesses movidos de um espírito de gratidão do muito que V. Ex<sup>a</sup> protege o mesmo comercio e navegação vimos aos pés de V. Ex<sup>a</sup> significar-lhe o nosso reconhecimento rendendo-lhe as devidas graças dos socorros com que V. Ex<sup>a</sup> tem assistido, tanto para

---

<sup>22</sup> Fonte do Arquivo Histórico Ultramarino -<https://digitarq.ahu.arquivos.pt/DetailsForm.aspx?id=1224086>

<sup>23</sup> JORGE, Manuel Joaquim. *Carta explicando a melhor maneira de comerciar escravos, para o aumento destes na capitania do Pará*. Lisboa, Portugal: [s.n.], 1798.

aumento do mesmo comércio promovendo os seus interesses e abrindo-lhe mesmo novos canais para o seu giro como para segurança da sua navegação, acudindo-lhe nos perigos<sup>24</sup>

Primeiramente, precisamos compreender a quem essa carta é dirigida. No momento de escrita da carta, Rodrigo de Sousa Coutinho, era conde e posteriormente lhe foi concedido o cargo de Ministro das Colônias e da Marinha e, em seguida, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos. Coutinho era empenhado no seu ofício, organizou expedições, buscou melhores condições para o desenvolvimento da agricultura, pecuária e navegação. Tinha forte interesse em dinamizar as relações econômicas não só entre Portugal mais também com as demais nações. Logo, podemos compreender toda a gratidão expressa a Coutinho nessa carta pelos "homens de negócios".

A carta inicia descrevendo o corpo de comércio, não só referente à cidade do Pará, mas também de Lisboa e dos Portos que possuem uma ligação de "*interesses recíprocos*". O comércio negreiro e de outras mercadorias precisava se expandir e adentrar aos novos locais, para tanto, outros caminhos tinham que ser explorados para que a Coroa Portuguesa expandisse seus domínios. Os homens de negócios também tinham interesse nessa estratégia, visto que lucrariam mais com o desenvolvimento do comércio e da navegação.

Muitas vezes, os homens de negócios viam seus "*navios com as suas importantes cargas á descrição das ondas que os devoram*", então coube a Coutinho realizar medidas de salvamento dessas embarcações encalhadas, mesmo com o grande risco de vida, permitindo-lhes resgatar seus homens e pertences do navio. Logo eles finalizam a carta remetendo-lhe seus agradecimentos pelo bom governo e reconhecendo seus incansáveis estudos e longas viagens para o bem daquele povo.

Para melhor compreender a dinâmica de comércio rumo ao Piauí se faz necessário perceber os sujeitos que formavam aquela sociedade. Em relação ao número de habitantes, um documento do Arquivo Público do Piauí do ano de 1762, mostra um resumo de todas as pessoas livres, cativas, fogos e fazendas das cidades, vilas e sertões da capitania, feito pela relação de desobriga do dito ano. No que se refere à cidade de Oeiras, o rol de desobriga

---

<sup>24</sup> VASCONCELOS, Dionísio de Freitas. [Abaixo assinado dos homens de negócio da praça do Pará, dirigido a dom Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares, reconhecendo os bons serviços que tem ao comércio e a navegação]. [S.l.: s.n.], Biblioteca Nacional. 1791.

seria entregue ao vigário Dionísio José de Aguiar onde informava ter averiguado: 324 fogos; 169 fazendas 1411 pessoas livres e 1084 ditas cativas.<sup>25</sup>

A desobriga era o meio utilizado pelos religiosos para batizar as pessoas em lugares onde não havia igrejas e padres residentes, assim os religiosos saíam em direção aos sertões e batizavam nas casas, fazendas e capelas. A desobriga além de possibilitar a proximidade dos súbitos e demais colonos com as regras da cristandade, funcionava também como um meio eficiente dos religiosos conhecerem os diversos lugares da colônia.

## 1.2 Estratégias e Resistências

A escravidão estava disseminada por todo tecido social de forma complexa e diversificada. Foram escravizados tanto negros africanos que atravessaram o atlântico numa longa e dolorosa viagem, como também diversos povos nativos utilizados como mão de obra e obrigados a subordinarem-se às vontades daqueles que invadiam suas terras.<sup>26</sup> A explicação desse contexto histórico não acontece assim de forma simplificada, foi um processo longo, complexo e que exige uma análise profunda para compreender como ocorreram essas relações ora de conflitos ora de alianças.

Tanto os africanos trazidos para o Brasil como os escravos gentílicos não ficaram sempre passivos à condição de escravos. Apesar do sofrimento vivenciado pela escravidão, os cativos se utilizaram de diversas formas de resistência na medida de suas possibilidades, seja lutando contra o sistema ou “aceitando” algumas condições. Na intenção de minimizar as atrocidades da escravidão, resistiam das mais diversas formas. Como exemplo de forma de resistência pode-se ressaltar o assassinato de senhores pelos seus escravos, essa prática foi mais comum do que podemos imaginar. No Piauí, em 1733, três escravos mataram seu senhor,

Também passados poucos tempos teve a notícia de que três escravos do Capitão mor Mauricio Gomes mataram a este estando dormindo dando-lhe com um machado na cabeça e o enterraram e que logo fizera delig<sup>a</sup> por prender os culpados que, com efeito, o

---

<sup>25</sup> Arquivo Público do Estado do Piauí – APEPI. Série: Município/ Subsérie: Oeiras/ Anos: 1752-59 – 1764-65-66-67-69-70-72-73-74-75-76-77-78-79 – 1780-81-82-83-84-85-86-87-88-89 – 1790-1799-1869. Caixa 97.

<sup>26</sup> WEB TV UFBA. 721. CONECTA - A escravidão no Brasil e seus reflexos, por João José Reis. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uj-3TC0Xwhc>>. Acesso em: 01/10/2015.

foram e se acham presos na cadeia donde um deles índio da terra falecera de doença.<sup>27</sup>

Dentre as formas de resistência à escravidão, o assassinato a senhores de escravos era algo comum, principalmente quando os maus tratos se constituíam enquanto ferramentas cotidianas dos senhores. Esse tipo de conflito senhor-escravo podia ser um ato individual, como também envolvendo um grupo de pessoas. Sobre o assassinato do capitão mor Maurício Gomes, o fato foi relatado na altura pelo ex-Ouvidor Geral da capitania do Piauí, José de Barros, e enviado ao Conselho Ultramarino de Lisboa, apontando junto aos autos do processo como autores do ato criminoso três escravos. O crime não foi cometido apenas por negros, como podemos perceber, o documento faz menção ao “índio da terra”, um exemplo de que as redes de solidariedades se estendiam entre negros e nativos.

No mesmo documento, o ouvidor relata mais dois crimes envolvendo escravos negros e mamelucos. Em um deles, descreve que foi cometido por um escravo por nome Ignácio que matou o Sargento Mor da conquista com uma espingarda e uma faca a mando de sua concubina e com a ajuda de um de seus filhos que lhe deu as balas. As armas foram fornecidas por um índio da terra e o crime foi, logo em seguida, confessado pelo escravo. A motivação não é revelada na carta e todos os culpados foram presos.

A carta escrita em 1733 relatando os fatos ocorridos no Piauí foi redigida pela primeira vez em 1732, porém, por motivos que não são expostos, a mesma não chegou ao real destinatário. Mesmo assim, a carta foi reenviada, no entanto o problema ainda não havia sido resolvido. Na carta o ouvidor relata diversos assuntos como os assassinatos de senhores praticados por escravos e das dificuldades de se ter tantos culpados e não ter lugar suficiente na cadeia para todos e do impedimento das distâncias e dos caminhos percorridos para conduzir os presos dos sertões do Piauí à Bahia para cumprirem pena, já que não havia mais cadeias suficientes nas proximidades.

A capitania de São José do Piauí não possuía recursos suficientes para manutenção de instituições essenciais, tais como a cadeia. De acordo com o Ouvidor Durão, “*a cadeia é cousa indigníssima, sendo necessário estarem os presos em troncos e ferros, para segurança*” devido essa incapacidade de suportar tantos presos era importante que as acusações de execução fossem efetuadas na Bahia. De acordo, com o Código Filipino, a

---

<sup>27</sup>Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei D. João V, sobre a carta do ex-ouvidor-geral do Piauí, José de Barros Coelho, acerca dos assassinatos de senhores praticado por escravos, no Piauí. AHU-Piauí, cx. 2, Doc. 55.

pena para o escravo que matasse seu senhor deveria ser severa para que servisse de exemplo,

O screvo, ora seja crhistão, ora não o seja, que matar seu senhor ou filho de seu senhor, seja atenazado, sejam decepadas as mãos e morra morte natural na forca para sempre e se ferir o senhor sem matar, morra morte natural. E se arracar alguma arma contra seu senhor, posto que não o fira, seja açoulado publicamente com baraço e pregão pela Villa, e seja decepada-lhe uma mão.<sup>28</sup>

Em resposta à sua solicitação, o governador mandou-lhe executar as sentenças, porém que fossem feitas na Bahia por ser aquela capitania mais próximas para atender os referidos problemas de ordem administrativa. Porém, as condições para execução das penas eram ruins, uma vez que levar os culpados para sentenciar suas penas na Bahia, além das grandes distâncias percorridas até lá, os caminhos se mostravam incertos e perigosos, pois neleshaviam muitos “*Mocambos de pretos e gente bandoleira*”.

De acordo com Stuart Schwartz, os quilombos estavam presentes não apenas no Recôncavo ou próximo a Salvador, mas também em regiões interioranas, fato este que dava às paisagens dos sertões da Bahia e espaços fronteiriços com outras capitanias ares de constante perigo. Se ao olhar dos agentes coloniais, os caminhos aos sertões se constituíam enquanto territórios negros, para os mocambeiros, a realidade, essa paisagem de fronteira se apresentava como espaços de autonomia. Seria, portanto, nesses ambientes, não isolados e de transição, que os mundos da escravidão se apresentava prenhe de significados produzidos pelos próprios escravizados.

O historiador Flávio Gomes acrescenta a importância e complexidade das redes de solidariedades nesses mocambos, não só entre os escravos, mas também entre os índios e sujeitos livres que escolhiam essas localidades como espaços seus e de reconstituição das suas vidas.

Na capitania da Bahia, os mocambos que existem por toda parte, preocupando autoridades e donos de engenhos, também inventaram sua liberdade. Procurando apoio de índios, escravos e vendeiros e camponeses muitos conseguiram resistir às medidas antimocambos<sup>29</sup>

<sup>28</sup> LARA, Silvia Hunold. *Ordenações filipinas*: livro V. Editora Companhia das Letras, 1999.

<sup>29</sup> GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro—século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional*, 1995.

Apesar do assassinato de senhores e da formação de quilombos já ser algo bastante recorrente na historiografia é importante perceber que as maneiras de resistir à escravidão e ao sistema de submissão imposto iam além de matar ou fugir. Pequenas manifestações podem ser analisadas como formas de resistência. Não utilizar um nome cristão no ato do batismo, batizar após a idade estipulada pelo Código Filipino, ou seja, depois dos seis meses de idade, escolher como padrinho de seus filhos pessoas da alta sociedade ou ainda escravos de outros senhores, expandindo as conexões com outras fazendas, entre diversas outras formas de se imporem a esse sistema de dominação podem constituir maneiras outras de resistência escrava.<sup>30</sup>

As negociações entre cativos e senhores também eram formas de resistências e faziam parte do cotidiano dos escravizados, onde buscavam garantir o mínimo de direitos<sup>31</sup>. Os missionários ao terem essa percepção procuravam agir de maneira a conquistar mais fiéis, a carta escrita pelo padre Antônio Machado, em 1751, quando estava em uma missão no Maranhão é um exemplo de como o cristianismo poderia ser uma importante estratégia no relacionamento com os nativos,

Com a experiência em tão longos anos nos tem mostrado que os meios que até agora se tem aplicado para conseguirmos o fim principal da salvação dessas almas o mantê-los em cativo e criá-los em polícia não tem produzido efeito algum, antes pelo contrário temos extinguido muitas nações, escandalizado outras, e pondo a todas então má fé contra nós, que nem, com razão, nos querem crer nem podemos com segurança aproveitar-nos da maior e melhor parte desses sertões porque nele depende mais que a barbaridade dos seus habitantes a injustiça, violência e sem razão com que são tratados<sup>32</sup>

Nesse trecho da carta, o padre Antonio Machado se mostra preocupado com a “má fé” que os cativos têm contra eles, e que isso se torna um empecilho no seu trabalho por que dificulta o processo de evangelização, além disso, não podem aproveitar o sertão com segurança, visto que não é seguro explorar a terra alheia quando os nativos estão contra eles. A escravidão, seja africana ou de povos nativos, não foi apenas uma relação entre

<sup>30</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos estudos CEBRAP*, n. 74, p. 107-123, 2006.

<sup>31</sup> Sobre o assunto ver: ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. 3 Ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982 e MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

<sup>32</sup> [Carta do Padre Antônio Machado referindo à necessidade de aumentar o número de fiéis na zona do Rio Mearim (S. Luís do Maranhão)]. - S. Luís do Maranhão 14 de Agosto de 1751. - [F. 58-60] : papel ; 30 cm

superiores e subordinados, com isso não pretendo amenizar as dificuldades que se tinha em viver diante do sistema escravista, apenas pretendo mostrar a historicidade da escravidão, construída, via de regra, por agentes sociais múltiplos, entre eles senhores, escravos, nativos, missionários e funcionários da Coroa Portuguesa.

### **1.3 Dinâmicas de mestiçagens**

Ao longo do tempo os significados das palavras podem sofrer alterações de sentido a depender da época e do contexto que foram utilizadas. Com o passar dos séculos surgem novas redefinições e novas abordagens conceituais. Por exemplo, o que significa ser escravo no século XVIII e ser escravo no século XXI? O que representava para a sociedade do século XVIII uma pessoa ser caracterizado como “mulato” e o que representaria essa mesma denominação na atualidade? As palavras são dinâmicas e devemos ter bastante cautela para utilizá-las principalmente na escrita da história. Quando um historiador utiliza uma palavra que não corresponde à sua época, pode cometer um anacronismo e isso inviabiliza a compreensão dos fatos históricos.

Nos estudos das fontes sobre escravidão, os termos identificados para se referirem às qualidades e condições dos escravos e nativos são diversas. Primeiramente, vale definir o que são “condições” e “qualidades” desses sujeitos. De acordo com o historiador Eduardo Paiva, são “categorias que diferenciavam, classificavam e hierarquizavam grupos sociais e/ou indivíduos, ou seja, definia quem era “mais qualificado” e “menos qualificado”, isto é, qual a “qualidade” mais valorizada”. Em uma sociedade hierarquizada, marcada pela distinção social, a qualidade de um sujeito não era definida apenas pela cor da pele, ou seja, não era somente uma questão biológica, era algo mais complexo que envolvia questões sociais e culturais.

Nos documentos do Piauí e Maranhão, as “condições” dos sujeitos que aparecem nas fontes são: livres, libertos ou forros e escravos e no que se referem às qualidades evidencia-se os pretos, mulatos, pardos, crioulos, mestiços, mamelucos, vermelhos (índios de qualquer nação) e cafusos. Esses termos estão presentes tanto nos registros de batismos e casamentos do século XVIII como nos relatos de autoridades locais. No período anterior ao século XIX a expressão geralmente utilizada para caracterizar essa variedade de termos que serviam para identificar e distinguir os sujeitos na sociedade era “Mescla” ou “mistura”.

Mestiçagens é um conceito posterior a esse período. Porém, como afirma o pesquisador Eduardo Paiva, ele é “empregado legitimamente na historiografia”.<sup>33</sup>

No final do século XVII, em 1694, o padre Miguel de Carvalho nos seus relatos já abordava a variedade dos moradores do sertão do Piauí. Em um dos seus registros, o missionário relata uma guerra envolvendo os moradores da freguesia de Nossa Senhora da Vitória com mais de trinta e seis indígenas de diferentes grupos envolvidos no conflito.<sup>34</sup> No século seguinte, em 1772, o ouvidor Antônio José de Moraes Durão, no seu relato sobre a Capitania de São José do Piauí explica as “muitas misturas” encontradas naqueles sertões:

Vermelho se chama na terra a todo índio de qualquer nação que seja; mamaluco ao filho de branco e índia; caful ao filho de preto e índia; mestiço ao que participa de branco, preto e índio; mulato ao filho de branco e preta; cabra ao filho de preto e mu-lata; curiboca ao filho de mestiço e índia; quando se não podem bem distinguir pelas suas muitas misturas se explicam pela palavra mestiço o que eu faço, compreendendo nela os cabras e curibocas.<sup>35</sup>

Nesse mesmo documento, o ouvidor Durão realiza um levantamento da quantidade de habitantes da cidade de Oeiras e seu distrito e divide a população em seis categorias de cores: pretos, brancos, mulatos, mestiços, vermelhos, mamelucos e quantifica-os de acordo com os dados abaixo:

HOMENS	PRETOS	MESTIÇOS	VERMELHOS	MAMELUCOS	BRANCOS	MULATOS
<b>TOTAL:</b>	1410	134	244	99	618	597
MULHERES	PRETAS	MESTIÇAS	VERMELHAS	MAMELUCAS	BRANCAS	MULATAS
<b>TOTAL:</b>	94	134	359	945	558	408

Tabela 1: Relação das pessoas que há na cidade de Oeiras e seu distrito (1772)

<sup>33</sup> PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)*. Autêntica, 2017; IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América portuguesa-século XVIII*. 2009.

<sup>34</sup> “Padre Miguel de Carvalho. Descrição do Sertão do Piauí remetida ao IHm° e Rm° Senhor Frei Francisco de Lima, bispo de Pernambuco, Piauí, 2 de maio de 1697”.IN\_ ENNES. Ernesto. *As guerras dos Palmares (Subsídios para sua história): Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra” 1687-1700*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. Doc. 64. pp. 368-389.

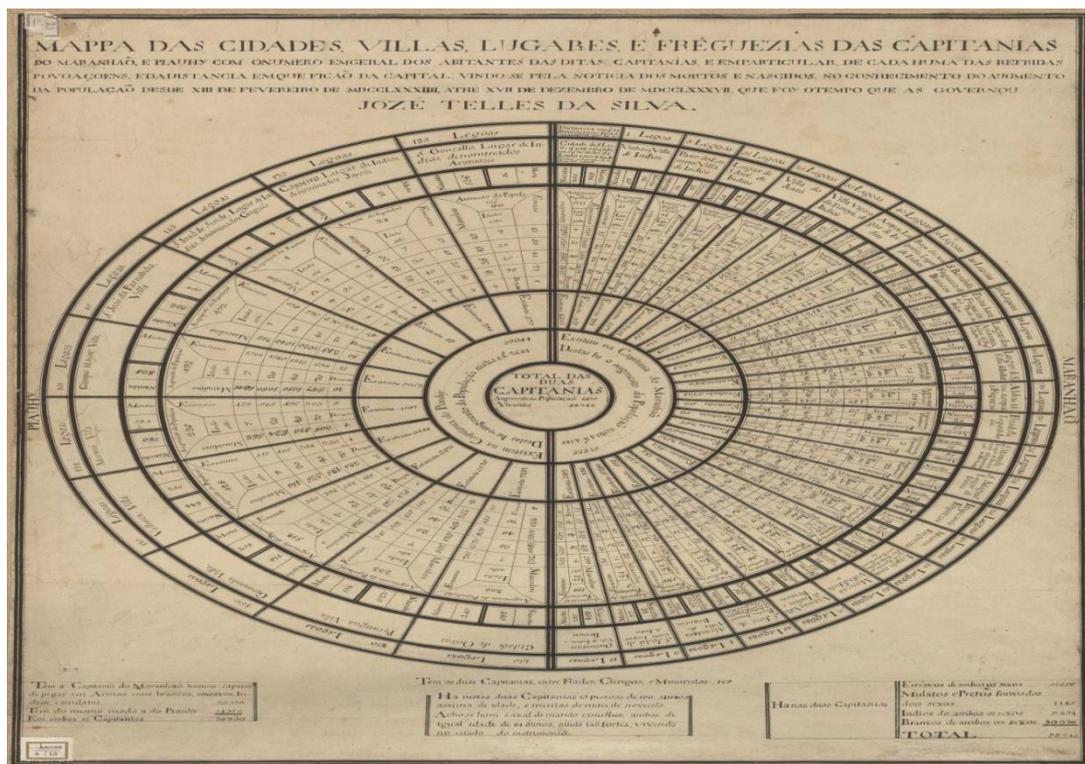
<sup>35</sup> AHU – PIAUÍ, Cx. 10, doc. 17/AHU\_ACL\_CU\_016,Cx.12, D. 864. O mesmo documento encontra-se transcrito em MOTT, Luiz. *Piauí Colonial: População, Economia e Sociedade*. 2ª Ed. Teresina: APL/FUNDAC/DETRAN, 2010. p. 43

No final do século XVIII, de acordo com o mapa abaixo, produzido em 1787 por José Teles da Silva, governador do Maranhão e Piauí, tem o intuito de quantificar o número de habitantes de ambos os sexos entre livres, índios e escravos referentes à Capitania do Piauí e Capitania do Maranhão com informações sobre as referidas povoações e suas distâncias até a capital, destaca ainda a quantidade de homens que são capazes de pegar em armas, entre eles, estão: brancos, escravos, índios e mulatos. O mapa reúne ainda notícias sobre os mortos e nascidos em cada lugar, permitindo o conhecimento do aumento da população desde a data de 13 de fevereiro de 1784 até 17 de dezembro 1787, período em que José Teles da Silva governou.<sup>36</sup>

No que se refere à capitania do Piauí, na cidade de Oeiras, havia um total de 7.282 habitantes, segundo lugar da capitania do Piauí com o maior número de habitantes, perdendo apenas para Campo Maior que tinha 9.052 habitantes. Em toda a capitania do Piauí, segundo dados do mapa, havia 37.044 habitantes, entre escravos, mulatos, índios, pretos forros e homens brancos.

---

<sup>36</sup> A capitania do Piauí, em 1787, possuía 37.044 habitantes enquanto que na capitania do Maranhão 61.699 habitantes. O total de moradores das duas capitanias é igual a 98.743 o que corresponde a 5,7% da participação do Piauí e Maranhão no total da população do Brasil. Um número bastante inferior se comparado aos dados referentes a Minas Gerais que, em 1786, teve seu ápice no aumento da sua população no século XVIII chegando a representar mais de 22% da população brasileira com um número superior a um milhão de habitantes.



Mapa: *Mapa das cidades, vilas, lugares e freguezias das capitâneas do Maranhão e Piauí*: como numero em geral os habitantes das ditas capitâneas... [S.l.: s.n.], 1787. 1 mapa ms., desenho a tinta nanquim, 62x48. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart543219/cart543219.html](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart543219/cart543219.html). Acesso e: 1 nov. 2016.

As análises das dinâmicas de mestiçagens no século XVIII no Maranhão e Piauí ainda carecem de produções historiográficas sobre a temática. Em relação às fontes históricas podemos encontrar poucos relatos como o do ouvidor Durão, alguns escritos de missionários e os registros de batismos e casamentos ressaltando as “cores” dos escravos e populações nativas. Mesmo assim e embora insuficiente, as fontes documentais sobre o Piauí nos permite perceber a variedade de cores e qualidades dos sujeitos que aqui viveram ao longo do século XVIII.

Os registros visuais, sobretudo, gravuras e pinturas de viajantes que percorreram esses sertões entre os séculos XVIII e XIX, embora escassa e/ou sem nenhum interesse em representar visualmente os habitantes do Piauí e do Maranhão, são, por mais que saibamos do seu caráter inventivo, umas das poucas fontes possíveis para vislumbrarmos como eram as feições, hábitos, moradia e costumes dos sujeitos daquela época.

Sobre essas fontes iconográficas, especialmente interessada em representar os habitantes do Piauí e Maranhão, até o presente momento, só temos conhecimento da pinturas do português e militar Joaquim Cândido Guillobel, produzida na passagem do século XVIII para o XIX. Ainda pouco utilizadas na historiografia, apesar de serem obras

ricas em detalhes e expressões, as gravuras de Guillobel nos serve como aporte para compreender o cotidiano dos escravos no Maranhão, os instrumentos de trabalho, vestimentas, moradias, entre outros aspectos.<sup>37</sup>

As pinturas produzidas por Guillobel no Maranhão foram reproduzidas com o título “*Usos e costumes de alguns habitantes da cidade de S. Luiz do Maranhão*”, copiadas do Natural por J.C. Guillobel, em 1820. É importante perceber que as pinturas retratadas são feitas por um viajante que registra suas impressões daquilo que observou e provavelmente chamou sua atenção, pois para o período era comum retratar as paisagens, pessoas e coisas que se consideravam exóticas. Como o pintor vinha de Lisboa e passou alguns anos de sua vida no Rio de Janeiro, provavelmente, suas gravuras feitas no caminho entre o Rio de Janeiro e o Maranhão.



Imagem 1: Sinhá carregada na rede

Em cada uma de suas pinturas, Guillobel ressalta escrevendo a expressão “pintada ao natural” o que provavelmente demonstra tê-las pintado no exato momento em que presenciou a cena, como uma fotografia e não algo que viu e pintou posteriormente. Para Maria Eneida Sela, as produções de Guillobel estavam em sintonia com as demais obras portuguesas do período, que buscava retratar as partes do Brasil, pondo no papel os

---

<sup>37</sup>Guillobel teve uma atuação de destaque no Brasil do século XIX, nasceu em Lisboa em 1757 e chegou ao Rio de Janeiro em 1808 para trabalhar na casa da moeda. Quatro anos depois ingressou como tenente no Corpo de Engenheiros e desenhista do Arquivo Militar nesse período começou a fazer desenhos urbanos do Rio que eram utilizados como cartões postais. Em 1819 ele é transferido para a província do Maranhão.

“Hábitos e costumes” dos habitantes nativos de cada região. Por essa perspectiva é interessante o fato de Guillobel ter pintado apenas negros e negras em sua maioria escravos e não ter retratado nenhum nativo. O número de mulheres nas pinturas do português é superior aos homens, o que pode ser uma marca do autor já que suas pinturas no Rio também havia essa predominância ou de fato a população escrava era a maioria composta por mulheres.



Imagem 2: Mulheres negras bem vestidas

Outro fator que podemos observar nas suas pinturas que é de suma importância para esse subcapítulo é o fato da variedade na tonalidade da cor da pele dos negros. Os sujeitos que estão envolvidos em alguma atividade relacionado ao trabalho são representados com a pele mais escura, como podemos verificar na imagem 1, Diferentemente da segunda imagem, as mulheres estão bem vestidas, utilizando acessórios e parecem está posando para o pintor, característica bem distinta da apresentada na da imagem 3, em que mulheres mostram seu seios, sem nenhum acessório, cabelos soltos e em poses descontraídas, demonstrando, portanto, um tipo de lascívia.<sup>38</sup>

Apesar de todos os indivíduos retratados por Guillobel serem negros, é perceptível que na imagem 2, o objetivo era relatar mulheres de posses, uma elite mestiça que utilizava tecidos, balangandãs e outros acessórios corporais afim de se distinguirem socialmente. No oposto, vemos, provavelmente, negros livres/libertos na ambiente das senzalas, onde os

---

<sup>38</sup> SELA, Eneida Maria Mercadante et al. Desvendando figurinhas: um olhar histórico para as aquarelas de Guillobel. 2001.

espaços de dormida se intercalam com os espaços de produção de alimentos. Potes, pilão, redes, esteira e corretora da casa em palha de carnaúba demonstram o caráter das trocas culturais envolvendo negros e índios. O ambiente negro, permeado pelo uso de caximbo nos dão conta, naquilo que o agente colonial pretendiam demonstrar, um ambiente de vícios, mas também de trocas e agenciamentos culturais, um ambiente marcadamente negro e mesclado naquilo que melhor confortava suas vidas. Naquele espaço, se constituía um lar, uma família escrava.



Imagem 3: Interior de uma casa do baixo povo

Logo podemos perceber como as dinâmicas de mestiçagens são importantes para compreender a sociedade escravista, visto que as diversas nomenclaturas de cores e qualidades serviam mais para caracterizar a condição social do indivíduo do que necessariamente sua cor de pele. Os sujeitos da imagem 2, muito provavelmente, não aceitariam serem chamadas de pretas/negras visto que estes termos estavam relacionados aos indivíduos que trabalhavam, que não tinham nenhuma posse de bens ou vestimentas. Ser mulato ou pardo já significava para aquele sujeito certa distinção social e em consequência mais oportunidades. Isso não quer dizer que os negros queriam negar sua cor, mas numa sociedade marcada pelo estigma da escravidão onde o negro é reduzido a uma mercadoria essas dinâmicas de mestiçagens serviam para burlar um sistema, potencializando assim sua inserção no interior da sociedade.

## CAPÍTULO II – Batismos, casamentos e a formação da família escrava.

### 2.1 “Antes de tudo deve-se cuidar da alma”: Batismos de escravos e nativos.

O tráfico de escravos seja por mar ou por terra, foi uma prática de comércio de seres humanos que perpetuou durante séculos.<sup>39</sup> Recebiam um tratamento atroz e desumano e após chegarem a terras brasileiras, eram vendidos e logo em seguida comprados por senhores de escravos. Depois de adquirida a posse desses escravos, os senhores não deveriam destiná-los imediatamente para o trabalho braçal. Em primeiro lugar era obrigação cuidar da alma daquele escravo, dando a ele o sacramento do batismo, estabelecendo um vínculo de confiança entre escravizado e o senhor. Nas palavras do historiador Rafael de Bivar Marquese: “*Nos primeiros dias o escravo necessitava de cuidados, pois se encontrava debilitado após a travessia do atlântico. Além disso, gerava no cativo, sentimentos de afeição para com o senhor.*”<sup>40</sup>

Como podemos perceber esse “cuidado” estava associado a uma estratégia tanto da igreja, pois quanto maior fosse o número de batizados, maior era o número de convertidos e adeptos da religião católica, como também uma estratégia dos senhores de escravos, pois ganhavam a confiança destes. Além disso, o registro de batismo era um documento oficial que comprove que aquele escravo era de fato propriedade daquele senhor. Muitas vezes o documento de posse não era emitido imediatamente no ato da venda, logo batizar o escravo com rapidez era uma maneira de possuir um registro que atesta que aquele(s) escravo(s) era(m) de sua propriedade.

Mas para além das estratégias das autoridades religiosas, da coroa portuguesa e dos proprietários, os que recebiam o sacramento do batismo, ou seja, os escravos, forros e nativos também teciam suas próprias estratégias para viverem e sobreviverem naquela sociedade. O sacramento do batismo para a igreja católica simbolizava a iniciação na fé católica. Assim como o casamento era uma forma de preservação da família legítima,

Esses sacramentos eram em muitos casos ressignificados e aproximados pelos batizando as suas próprias crenças e culturas ou utilizados como um meio de usufruir dos benefícios que esses sacramentos poderiam lhes trazer. Dessa forma, o objetivo deste

---

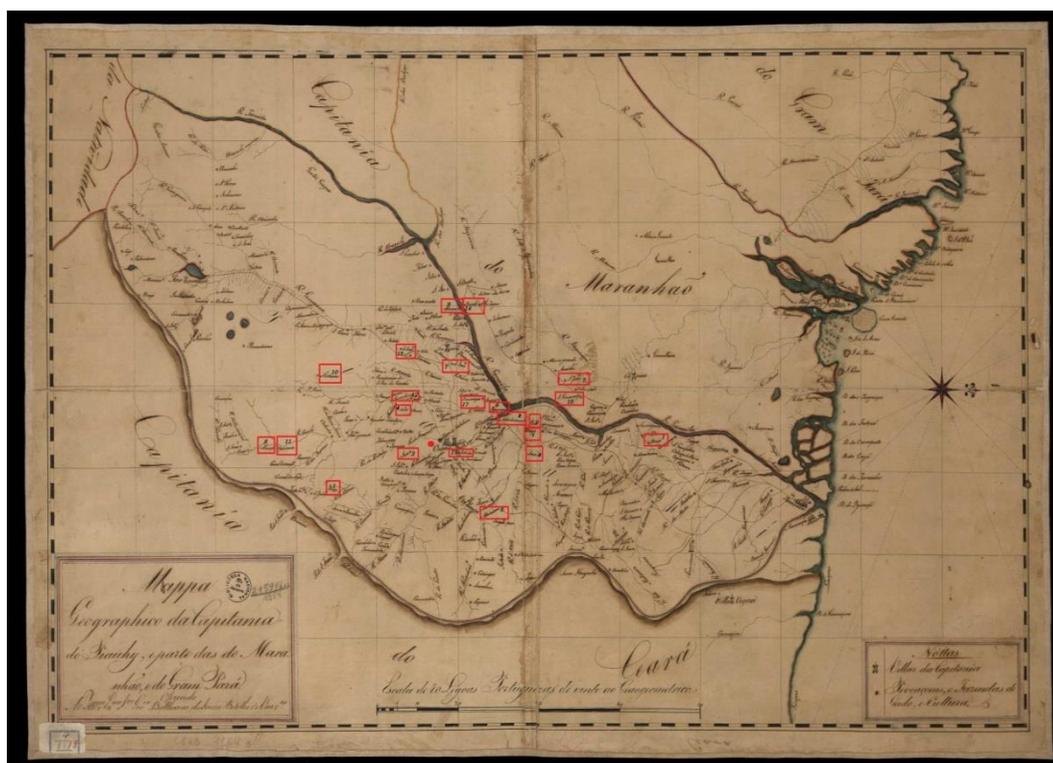
<sup>39</sup> ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos viventes*. A formação do Brasil no atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000;

<sup>40</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas 1660-1860*, 2004. p. 79.

capítulo é pensar a respeito das estratégias utilizadas por esses sujeitos subalternos frente ao poder da Igreja Católica e da Coroa Portuguesa.

Cabia à igreja registrar tais rituais e apesar de existir certa padronização dos registros de batismos, as informações registradas nos ajudam a compreender a sociedade do Piauí na segunda metade do século XVIII. Além disso, é perceptível o esforço empreendido pela igreja católica juntamente com a Coroa Portuguesa para normatizar e controlar a sociedade através dos batismos, reafirmando o sacramento como primordial na vida cristã.

As informações disponibilizadas nos registros de batismo são geralmente padronizadas e consta o local e a data da realização do sacramento, nome do celebrante, nome do batizando e a sua idade, nome dos pais e dos padrinhos, local de moradia, o nome do proprietário do escravo(a) que estava sendo batizado como também o nome do proprietário dos padrinhos quando estes eram escravos, que em diversos casos, moravam em outra vila e pertenciam a outro senhor. Em alguns registros são feitas algumas ressalvas ou observações a depender da situação do batismo, por exemplo, quando são feitos em desobriga ou em casos de emergência. Essas fontes documentais possibilitam-nos enxergar as sociabilidades escravas, dos nativos e dos africanos de diferentes origens/etnias.



Mapa 1: MAPPA geographico da capitania do Piauhy, e parte das do Maranhão, e do Gram Pará. 1 mapa ms., col., desenho a nanquim e a tinta ferrogálica, 39 x 62,5cm. em f., 42 x 65,5. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart215946/cart215946.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart215946/cart215946.jpg)>. Acesso em: 10 ago. 2018.

O mapa acima foi produzido no final do século XVIII para cartografar as vilas das capitanias do Piauí, Maranhão e Ceará como também as povoações e as fazendas de gado e cultura. Cruzando as informações do mapa com os registros de batismos podemos perceber os caminhos trilhados pelos padres e vigários para realizar o sacramento do batismo nas crianças que moravam em locais distantes da cidade de Oeiras. O batizado em desobriga era uma prática comum naquele período. A desobriga era o ato de membros de a igreja católica ir a regiões de difícil acesso praticando a catequese e oferecendo os sacramentos aos pagãos.

Os locais que foram realizados os batizados em desobriga estão marcadas no mapa acima com um quadro vermelho e uma numeração. Os números são correspondentes as seguintes cidades: 1. Brejo; 2. Sítio do meio; 3. Saco; 4. Paulista; 5. Bocaina; 6. Buraco; 7. S. João; 8. Almas; 9. Boa Esperança; 10. Mutucas; 11. Água Verde; 12. Gameleira; 13. Falhada; 14. Buriti; 15. S. Lourenço; 16. Onça e 17. Conceição.

A partir dessa legenda, com os nomes dos locais, é possível observar que o trânsito de pessoas nessa região era bastante comum, não só dentro da própria capitania mais iam além, como saírem da capitania do Piauí e adentrarem à capitania do Maranhão nessa caminhada de sacramentos em desobriga. A maioria dos batizados teve como vigário o Dionísio José Aguiar, vigário de Oeiras.

Essas fontes nos mostram a complexidade daquela sociedade e que a dicotomia senhor-escravo não era uma via única de dominação daqueles sobre estes, expandindo assim a complexidade da escravidão e evidenciando as relações de subalternidades como agenciadoras dessas relações. Os escravizados se utilizavam de diversas estratégias que influenciava nas condições de vida dentro do cativeiro, como por exemplo, conceder aos seus filhos um padrinho com distinção social, seja pela sua cor ou pela sua condição, como também pela formação e manutenção de uma família. A família escrava representava a constituição de laços de parentescos que muitas vezes iam além dos laços consanguíneos, como exemplo do compadrio. O compadrio era um parentesco espiritual consagrado no ato do batismo. Seria através desse ritual católico que os indivíduos envolvidos se transformavam em parentes. Essa relação de parentesco torna-se tão importante quanto os próprios laços consanguíneos.

O compadrio pode ser caracterizado como exemplo das redes de solidariedades constituídas pelos escravizados. O padrinho e a madrinha poderia ser um escravo, um forro, um nativo, o dono do escravo ou o próprio padre que o batizou. Para o Piauí, as possibilidades eram inúmeras. Os laços de solidariedade iam além do cativo e que, frequentemente, era a identidade étnica e/ou religiosa que prevalecia.<sup>41</sup> Um fator importante em que o compadrio se efetuava residia na questão da ilegitimidade dos filhos, algo que se tornou recorrente, ou seja, existia um grande número de batismos de crianças onde o nome do pai aparecia como “incógnito” ou a expressão “mãe solteira”. Nesse contexto, o compadrio poderia representar a estabilidade que a mãe e a criança tanto necessitavam, e, mesmo nos batismos onde a criança tinha o pai e a mãe, os padrinhos eram essenciais para a extensão/ampliação da família.

Os laços de parentesco serviam como elo de proteção estabelecido entre os escravos libertos, cativos e também com os nativos. Essa proteção podia se dá de diversas maneiras, desde auxiliando no que fosse possível na criação daquela criança ou até mesmo numa concessão de uma alforria. Nesse último caso, dependerá do tipo de relação entre o padrinho e a família escrava, e também da condição social do padrinho.

De acordo com Stuart Schwartz, estas relações de compadrio foram importantes na consolidação de laços de sociabilidades na sociedade escravista, na medida que ampliava a comunidade de negros, mestiços e africanos.<sup>42</sup> Para o autor, os escravos sempre procuravam dar aos seus filhos, padrinhos que tivessem uma condição igual ou superior às deles, com o objetivo de que o afilhado tivesse alguém que o protegesse e desse uma assistência no que fosse necessário.

Em um registro de batismo do ano de 1768 na capela de São João do Piauí, aconteceu o batizado de Manoel, filho da preta angola Garcia, escrava de Rafael Álvares de Carvalho. A escrava Garcia, dar-lhe como padrinho da criança o dito senhor, que no registro assume a paternidade da criança e lhes concede sua alforria. Apesar de não ser algo comum, em alguns registros de batismos podemos encontrar escravos sendo alforriado por senhores que eram seus pais.<sup>43</sup>

Existe um número considerável de registros de filhos naturais, ou seja, que não consta o nome do pai, porém parto do pressuposto que esses filhos não são necessariamente

---

<sup>41</sup> REIS, João José. Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. Editora Companhia das Letras, 2008.

<sup>42</sup> Ver SLENES, Robert. W

<sup>43</sup> Registros de Batismos 1760-1790. Arquivo da Arquidiocese de Oeiras disponibilizado pelo NUPEDOCH.

sem pais. Segundo Slenes, os filhos naturais muitas vezes tinham um pai, porém, às vezes o casal ainda não tinha uma união formal (reconhecido oficialmente pela igreja). Além disso, muitos registros tinham a expressão “Pai Incógnito” e “Mãe Solteira”. Além dessas denominações expressas nos registros de batismo, podemos ainda destacar os filhos expostos ou enjeitados prática comum no período colonial. Não eram considerados nem naturais, nem legítimos, eram filhos abandonados por seus pais que os deixavam em Santas Casas de Misericórdia ou em casas particulares.<sup>44</sup>

Aos dois dias de fevereiro de mil setecentos e sessenta e oito nesta Matriz de Nossa Senhora da Vitória batizei solenemente e pus os santos óleos a Antônio **filho natural** (grifo meu) de Antônia de nação gege escrava que foi de Germano Borges foi padrinho Antônio de Sousa de quinze dias de nascido e do que para constar mandei fazer este assento que assino. O vigário: Dionísio José de Aguiar

Podemos perceber nas fontes ainda que além de ressaltar a legitimidade do batizado, também estava expresso a cor e a condição dos pais e padrinhos. Esses dados estão presentes na maioria dos registros de batismos e também nos de casamentos.

Aos vinte e sete de fevereiro de mil setecentos e sessenta e oito nesta Matriz de Nossa Senhora da Vitória nesta cidade batizei solenemente e pus os santos óleos a Domingas filha de Antônia **preta forra solteira** deu-lhe por pai Luis **preto escravo** de João do Vale. Foram padrinhos Domingos Fernandes e Quitéria Affonso **pretos forros solteiros** todos moradores no Riacho do Negro subúrbio desta cidade de oito dias de nascido e do que para constar mandei fazer este assento que assino. O vigário Dionísio José de Aguiar

---

<sup>44</sup>Ver Sheila Castro Faria.

## 2.2 Uniões de interesses: Casamentos de escravos africanos, mestiços e nativos

A constituição da família entre os cativos provavelmente os ajudou a lidarem com a escravidão e a conservarem suas identidades. A estratégia de forjar redes de solidariedades e de sobrevivência dentro do cativeiro encontra-se estreitamente ligada ao ideário da construção da família escrava em ambientes escravistas. Por outro lado, os senhores de escravos também teciam suas estratégias através dos casamentos de cativos. Para muitos, o casamento da escravidão poderia se construir em uma forma de controle senhorial, inclusive também na formação de famílias extensas que é aquela que vai além dos pais e filhos, formada por parentes ou pessoas próximas como o compadrio.<sup>45</sup>

Por muito tempo a historiografia não deu a devida importância à existência da família entre os escravos afirmando viverem num completo desregramento e que a vida familiar na senzala era precária. Essa produção historiográfica vigorou até 1970, e publicações mais recentes, como Robert Slenes, Sheila de Castro, Manolo Florentino e José Roberto Goes, inovaram na análise a respeito da formação da família escrava. Em regra, esses autores argumentam que se a promiscuidade tivesse sido tão desenfreada, os proprietários não teriam adotado qualquer tentativa de impor a seus escravos o casamento na igreja ou que este sacramento fosse desejado até mesmo pelos próprios escravos.

Como pôde ser observado na pesquisa feita nos registros de casamentos da cidade de Oeiras entre os séculos XVIII e XIX, correspondentes ao bispado do Maranhão, possivelmente, os casamentos sejam eles interétnicos (entre etnias diferentes) ou endógamos (entre a mesma etnia) funcionavam como ferramentas de preservação das suas identidades, uma vez que, era por meio da família que o escravo poderia conquistar certa autonomia e transmitir para gerações futuras suas heranças culturais.

A documentação referente aos registros de casamentos da cidade de Oeiras nos mostra um número considerável de casamentos interétnicos, foi uma prática recorrente a

---

<sup>45</sup> Sobre os debates em torno da família escrava no Brasil, ver, SLENES, Robert W. *Na Senzala, uma Flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999. FLORENTINO, Manolo & GOÊS, José Roberto. *A paz nas Senzalas: famílias escravas e tráfico, Rio de Janeiro, c. 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. SCHWARTZ; RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravidão e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Para o Piauí, ver BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *O Escravo na Formação social do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 1999; FALCI, Miridan B. K. *Escravidão do Sertão: Demografia, Trabalho e Relações Sociais*. Teresina: FCMC, 1995.

união de crioulos com africanos, entre africanos de diferentes origens ou até mesmo entre negros e nativos.

Aos vinte e nove dias do mês de junho de mil setecentos e setenta e dois nesta matriz feita as denúncias na forma do sagrado concílio tridentino nesta freguesia onde os contraentes são naturais moradores e fregueses sem se descobrir impedimento algum em minha presença sendo presentes por testemunhas Jerônimo Rodrigues Lima e Domingos Pereira da Silva pessoas conhecidas se receberem por palavra de presente o **criolo João Corrêa** filho da **preta Luzia Afonsa da nação Angola** escravos que foram de Manoel da Costa Cardoso e de Antônia Correa, com **Domingas Rodrigues crioula** filha da **preta Rosa de nação Gege solteira** e de pai incógnito escravos que foram de Fellippe Rodrigues. Logo lhes dei as bênçãos conforme os ritos e cerimônias da Santa Madre Igreja, do que para constar fiz esse assento, que assino. O vigário Dionísio José de Aguiar.

Apesar das diferentes etnias, esses sujeitos buscavam apoio mútuo nessas uniões principalmente enxergando nesses rituais cristãos a construção e a afirmação de uma identidade social e cultural coletiva em meio a um contexto de escravidão e cativo eles tinham um objetivo em comum: a necessidade de sobrevivência, tanto física quanto psíquica.

O livro de registro de casamentos da paróquia de Nossa Senhora da Vitória segue na sua maioria esse modelo de informações e tinha como base as regras do Concílio Tridentino que para ocorrer o casamento seria necessário a presença de um pároco ou de um vigário. Em Oeiras, no Piauí, o Vigário Dionísio José de Aguiar seria o responsável por realizar as cerimônias, além disso, deviam comparecer no mínimo duas testemunhas e os nubentes deveriam proferir em voz alta os seus votos de casamento para que ficasse claro que ambos estavam cientes de que queriam aquela união. Caso algumas dessas regras não fossem cumpridas, o casamento não teria validade alguma.<sup>46</sup>

O Concílio Tridentino foi responsável também por ditar todas as normas para se realizar o matrimônio, além de explicitar os perigos do não cumprimento das regras.

---

<sup>46</sup> CAMPOS, Adriana Pereira; DA SILVA MERLO, Patrícia M. Sob as bênçãos da Igreja: o casamento de escravos na legislação brasileira With the Church blessings: the marriage of slaves in the. *Topoi*, v. 6, n. 11, p. 327-361, 2005.

Entretanto, os cativos e libertos não foram expressamente incluídos nessas normas, e tendo em vista que no século XVIII, o Brasil se situava entre a colônia escravista mais expressiva, fazendo necessário, portanto, criar um regulamento em que estes fossem incluídos.

É nesse sentido que surgem as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* promulgadas em 1707. De acordo com o título LXXI que disserta sobre o “Matrimônio dos escravos” ressalta o direito dos cativos, entre eles, que o senhor não podia lhes negar ou impedir o matrimônio e que os negros podiam unir-se com pessoas cativas ou livres,

Conforme o direito divino e humano os escravos podem casar com outras pessoas cativas ou livres e seus senhores lhe não podem impedir o matrimônio, nem o uso dele em tempo e lugar conveniente, nem por este respeito os podem tratar pior, nem vender para outros lugares remotos, para onde o outro, por ser cativo, ou por ter outro justo impedimento o não possa seguir.<sup>47</sup>

Um ponto bastante interessante dessa legislação é que ela garante aos escravizados ou libertos que depois de casados o senhor não poderia vendê-los “*para partes remotas de fora para onde suas mulheres por serem escravas ou terem outro impedimento legítimo não os possam acompanhá-los*”. Além disso, os senhores não poderiam usar ameaças ou maus tratos aos escravos quando ocorresse uma situação como essa. Isso permitia certa segurança ao escravizado, pois via no casamento uma forma de criar raízes em um determinado local, formando uma família e redes de sociabilidade entre os escravos do mesmo cativo.

Estudos como o da historiadora Cristiany Miranda Rocha que é baseado principalmente na análise de processos criminais nos mostra que os escravos que mais fugiam ou cometiam assassinatos contra seus senhores eram os cativos vendidos separadamente, ou seja, aqueles cativos arrancados de seus lares e de seus familiares para trabalharem em outras fazendas. Logo os senhores de escravos também tinham motivos para apoiarem a formação da família escrava, visto que é perceptível que os escravizados tinham consciência dos seus direitos. Muitas vezes, as fugas e os assassinatos não tinham por objetivo negar a condição de cativos, mas somente reivindicar condições básicas, como

---

<sup>47</sup>Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo Ilustríssimo, e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide: propostas, e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do ano de 1707. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222291>>. Acesso em: 26 de Nov.2015.

não serem maltratados ou separados de suas famílias. Nas palavras de Rocha, não serem “desenraizados”.<sup>48</sup>

Os registros de casamentos eram na sua maioria padronizados e nas informações constavam sempre data e local da celebração, nome do celebrante, nome dos noivos. A maioria, logo em seguida do nome dos noivos, havia a sua origem, qualificação pela cor ou sua condição social. Tinha ainda o nome dos pais dos nubentes, o nome das testemunhas que geralmente eram duase o nome do proprietário dos noivos, no caso dos cativos, Vejamos um exemplo de como eram escritos os registros de casamento na freguesa de Nossa senhora da Vitória:

Aos vinte e três de janeiro mil setecentos e sessenta, oito de manhã nesta matriz de Nossa Senhora da Vitória feitas as denunciaçãoes, donde os contraentes são fregueses e moradores sem descobrir impedimento algum na forma do sagrado concilio Tridentino, sendo presente por testemunhas João José da Siqueira e Domingas Pereira da Silva casados, pessoa por mim conhecidos, receberam por palavras Mateus Pereira de nação Angola escravo do preto forro João Martins com Marcela Maria preta forra escrava escrava que foi de Roza Maria ferreira. Logo lhe dei as bençoes conforme escritas e cerimônias da Santa Madre igreja e do eu para constar mandei fazer este assento que assino: O vigário Dionizio José de Aguiar.

De acordo com Manolo Florentino e José Roberto Goes, existiam diversas possibilidades de estratégias tecidas pelos escravos através da formação da família ou dos casamentos formais – realizados pela igreja. É possível observar que os senhores de escravos também visavam algumas estratégias, ao contrário do que aconteceu em alguns lugares como ocorria no sul do Brasil. Como Robert Slenes aponta, os senhores de escravos praticamente proibiam o casamento formal entre escravos de donos diferentes<sup>49</sup>. Pela análise dos registros de casamentos da cidade de Oeiras, provavelmente os senhores de escravos estimulavam a legalização das uniões, talvez vendo nisso um meio de aumentar sua produção e mão de obra escrava através da procriação, além disso, viam no casamento uma estabilidade para o escravo, para que assim não fugissem.

---

<sup>48</sup> ROCHA, Cristiany Miranda et al. Histórias de famílias escravas em Campinas ao longo do século XIX. 1999.

<sup>49</sup> Sobre a ideia de família escrava no Brasil e os debates a ela relacionados, ver SLENES, Robert. Na senzala, uma flor: esperanças e recordações da formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, FLORENTINO, Manolo Garcia e GÓES, José R.A Paz das Senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro: c. 1790 -c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

Assim, era pela constituição da família, que possibilitaria uma estrutura para manter o escravismo, ou seja, era vista pelos senhores de escravos como um meio ou uma estratégia de assim garantir a “paz nas senzalas”, conceito utilizado por Florentino e Goes, já que a família se tornaria uma espécie de refém do seu senhor evitando assim revoluções/conflitos entre a senzala e o senhor de escravo. Existiam os casamentos endógamos que serviram como meio de pacificação entre as senzalas uma vez que a união de escravos da mesma origem serviria para se isolarem dos africanos recém-chegados de origens distintas e também como um controle senhorial.

Robert Slenes se posiciona de maneira contrária a respeito do livro “*paz nas senzalas*”. Segundo o autor, no contexto escravocrata não poderia ocorrer uma relação de paz entre senhores e escravos, uma vez que estes viviam experiências de vida totalmente distintas não sendo possível essa harmonia. Além disso, o compromisso entre os escravos foi uma necessidade e uma estratégia bem mais próxima da realidade dos escravos do que dos próprios senhores, pois o fortalecimento dos laços poderiam também trazer insegurança ao sistema escravocrata.

Alguns senhores de escravos ainda tinham certa resistência a permissão do casamento de escravos. Ainda que os sacramentos fossem algo disseminado na sociedade daquele período, como uma afirmação na vida cristã católica, alguns donos de escravos possuíam certa resistência a efetivação desse sacramento diante da sua escravaria. André João Antonil, na obra *Cultura e opulência no Brasil em 1711*, já orientava que os senhores de escravos deveriam garantir todos os procedimentos cristãos aos seus escravos, bem como lhes possibilitar a sobrevivência, porém muitos ainda não o faziam ou apenas permitia o amancebamento

Opõem-se alguns senhores aos casamentos de escravos e escravas, e não somente não fazem caso dos seus amancebamentos, mas quase claramente os consentem, e lhes dão princípio, dizendo: Tu, fulano, a seu tempo, casarás com fulana; e daí por diante os deixam conversar entre si como seja fossem recebidos por marido e mulher; e dizem que os não casam porque temem que, enfadando-se do casamento, se matem logo com peçonha ou com feitiços, não faltando entre eles mestres insignes nesta arte. Outros, depois de estarem casados os escravos, os apartam de tal sorte, por anos, que ficam como se fossem solteiros, o que não podem fazer em consciência. Outros são tão pouco cuidadosos do que pertence à salvação dos seus escravos, que os têm por muito tempo no

canavial ou no engenho, sem batismo; e, dos batizados, muitos não sabem quem é o seu Criador.<sup>50</sup>

Podemos ainda observar que existiam legislações que apoiavam a concretização dos casamentos entre escravos, como exemplo das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, documento eclesiástico que regulava o casamento com orientações que serviam para todo Brasil colonial. Segundo essa legislação eclesiástica, os escravizados podiam unir-se com pessoas cativas ou livres

Conforme o direito divino e humano os escravos podem casar com outras pessoas cativas ou livres e seus senhores lhe não podem impedir o matrimônio, nem o uso dele em tempo e lugar conveniente, nem por este respeito os podem tratar pior, nem vender para outros lugares remotos, para onde o outro, por ser cativo, ou por ter outro justo impedimento o não possa seguir.<sup>51</sup>

Assim como a vestimenta e a alimentação eram obrigação dos senhores para seus escravos, aqueles também deveriam por obrigação ensiná-los a fé católica e em consequência lhes conceder os sacramentos. Principalmente quando esses escravos eram de procedência africana, pois após o trauma de serem capturadas, presos e obrigados a fazerem uma viagem degradante ao serem comprados nos portos pelos senhores estes deveriam ter certo cuidado com esses escravos para que não morressem debilitados da viagem ou viessem a adoecer devido ao trauma psicológico que sofreram. Então para que o escravo criasse algum tipo de afeição pelo seu senhor, este deveria antes de dar trabalho ter os devidos cuidados como dá o que comer e beber, o que vestir e receber o sacramento do batismo.<sup>52</sup>

Em um registro de casamento da cidade de Oeiras, podemos ver como um escravo poderia se casar mais de uma vez na igreja, comprovando não ter impedimento algum. Em 1766, os pretos forros Francisco de Matos de Franco e Eugenia, ambos da nação Jeje,

---

<sup>50</sup> ANTONIL, André João (Giovanni Antonio Andreoni). *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1982. 1. ed. 1711.

<sup>51</sup> Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo Ilustríssimo, e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide: propostas, e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do ano de 1707. Página 125. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222291>>. Acesso em: 26 de Nov.2015.

<sup>52</sup> LABAT, Jean-Baptiste. *Nouveau voyage aux isles de l'Amérique contenant l'histoire naturelle de ces pays, l'origine, les moeurs, la religion et le gouvernement des habitans anciens et modernes, les guerres et les évènements singuliers qui y sont arrivez pendant le long séjour que l'auteur y a fait, le commerce et les manufactures qui y sont établies et les moyens de les augmenter...*[par le P. Labat]. P. Husson, 1724.

assumiram perante o concílio Tridentino a condição de casados. Porém, antes disso, Eugenia teve que apresentar ao vigário da freguesia de Nossa Senhora da Vitória prova de que seu ex-marido, o preto Domingos de Souza, havia falecido e que ela estava agora desimpedida e pronta para recomeçar uma nova vida. O que confirma a hipótese de que a união formal era valorizada pelos escravos e conseqüentemente pelos senhores de escravos, uma vez que, ambos visavam interesses, com os sacramentos da igreja.

Ainda com esse mesmo registro, podemos fazer outra observação. Mesmo os escravos que já foram alforriados [libertos], a denominação “preto forro” está presente no documento. Não só nesse registro, citado acima, como também em todos os registros de batismos e casamentos quando a condição do escravo já é de liberto. Além da denominação “forro”, em alguns casos, encontra-se registrado ainda o nome do seu antigo proprietário, reforçando assim a condição de que já fora escravo.

Rebecca J. Scott e Jean M. Hébrard, em “*Provas de liberdade: Uma odisséia atlântica na era da emancipação*”, pontuam que o termo alforriado embora constataste um estatuto de livre, poderia ser intencionalmente desrespeitoso, lembrando publicamente que esse indivíduo tinha sido escravizado em um determinado momento.<sup>53</sup> Dessa maneira e como exemplificamos acima, os registros de batismo e de casamento poderiam, portanto, abrir portas, contudo os mesmos poderiam funcionar como um perpétuo instrumento de registro de um passado cujos ex-escravos desejavam apagar de suas vidas: a marca de que um dia viveram sob o julgo da escravidão.

De acordo com o historiador Eduardo Paiva existiam diversas maneiras de qualificar um sujeito e isso ocorria por diferentes motivos, seja por relações de poder, hierarquia ou até mesmo para classificar os individuais/grupos mais ou menos qualificados. Denominações como preto, pardo, mestiço, mulato e crioulo se repete com freqüência nos registros analisados. Dentre os sujeitos estão os padrinhos, as madrinhas, as crianças batizadas e seus pais. Essas qualificações dadas a esses sujeitos são chamadas de qualidades.

A qualidade que com freqüência aparece nos registros de batismos é o preto. Dentre os cem registros analisados 79 eram pretos, essa maioria é uma realidade bastante comum quando analisamos documentos do mesmo período. Os que eram denominados pretos

---

<sup>53</sup>Provas de liberdade: uma odisséia atlântica na era da emancipação. SCOTT, Rebecca J; HÉBRARD, Jean MJoscelyne, Vera. (2014). Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

faziam parte de uma grande parcela da sociedade, era uma nomenclatura comum para qualificar os escravos, não só pela cor da pele, mas também como um *status* social.

Imaginemos uma pirâmide social. Quem está na base da pirâmide compõe a maioria da sociedade. São essas pessoas que a sustentam, logo é lá que se encontra o maior número de pessoas, estão numa parte considerada inferior, com poucos recursos e direitos. Assim, em uma sociedade baseada nesse modelo social, o desejo das pessoas se torna apenas um: ascender. Para o século XVIII e na capitania de São José do Piauí, em especial, os títulos e qualificações eram valorizados; essa seria uma estratégia utilizada por muitos, inclusive pelos negros.

Ser escravo não significava necessariamente ser preto. Poderia ser escravo o preto, o mestiço, o pardo ou o crioulo. A maneira como cada sujeito era qualificado diria quem ele era e como ele deveria ser tratado dentro daquela sociedade. É nesse sentido que surgem as qualificações. Um instrumento usado para determinar em que posição aquele indivíduo se encontrava no interior da sociedade. Em seguida, a qualificação “crioulo” aparece como a segunda maior, a historiografia se refere aos crioulos como os filhos de escravos que nasceram no Brasil. Os mestiços, mulatos e pardos são os que aparecem com pouca regularidade, e podem ser consideradas qualificações que definem o indivíduo como mais qualificado, pois eram indivíduos que não permitiam ser confundidos com os negros ou com os crioulos, colocavam-se numa posição de superioridade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de colonização da Coroa Portuguesa é ter sobre seu domínio territórios, riquezas e principalmente pessoas. Sem as pessoas não se pode haver algo que é fundamental na colonização de um território: A *territorialização do poder* expressão cunhada por Ângela Barreto Xavier que significa a efetivação da presença através dos agentes e órgãos locais. Na historiografia os sujeitos nativos não são vistos como “sujeitos dinâmicos, intervindo de facto no devir dos processos históricos no qual tiveram envolvidos.” Esses indivíduos geralmente são tratados como povos nativos, homogêneos, selvagens e sem instrução, mas o que ocorre é que para o sucesso do empreendimento português essas populações nativas e escravas são essenciais, pois “para sustentação do poder requer necessariamente a colaboração das sociedades que ali residem”.<sup>54</sup>

Essa colaboração se dava por duas vias, poderia ser por vias dóceis como a concessão de privilégios, cargos, territórios, isenção fiscal (dízimo), etc. Como também poderia ser por vias severas, como: punições, castigos, privações de direitos, etc. Podemos nessa altura abordar o conceito muito bem pensado e argumento por Serge Gruzinsk de “Colonização do imaginário” ou “Colonização da identidade” que explica que foi através da conversão cultural dos sujeitos com a utilização desses mecanismos suaves ou severos que possibilitou a sobrevivência do império, pois se não houver o mínimo de consentimento das populações locais o projeto de colonização não sobrevive.

Nesse trabalho busco apresentar como as populações locais tiveram um papel importante de agentes ativos no processo de colonização do Piauí e Maranhão no século XVIII. Sem o apoio, auxílio, mão de obra, negociações, conflitos internos entre os povos nativos e africanos, sem o conhecimento dos nativos e escravos sobre a fauna, flora, rios, estradas, madeiras, etc., a presença e permanência portuguesa não seriam possíveis. A historiografia geralmente busca apontar a grandiosidade do império português, que de fato é inegável. Porém muitas vezes os indivíduos responsáveis pela sustentação e construção desse império não são discutidas na historiografia como deveriam e são tratados de forma muito homogênea. Apenas como: os índios, os escravos ou os africanos.

Esses povos além de heterogêneos eram múltiplos e tinham as mais diversas funções e utilidades para o funcionamento da sociedade, eram complexos, havia uma imensa diversidade de línguas, tribos, nomes, rituais, cores, qualidades, condições, eram,

---

<sup>54</sup> XAVIER, Ângela Barreto e ZUPANOV, Ines G. - *Catholic orientalism. Portuguese empire, Indian knowledge (16th-18th centuries)*. Deli: Oxford University Press, 2015.

como coloca o ouvidor Durão, “um só povo de nações tão diversas”. Apesar de ser considerado um povo homogêneo, era um povo das mais diversas e variadas nações que merecem ser conhecido, ter um rosto, um nome e uma história. Esse trabalho é algo ínfimo comparado com a quantidade de fontes que muito recentemente vem sendo discutidas e apresentadas no campo historiográfico.

A partir de 1767 os escravos de procedência africana começam a aparecer nos documentos de batismo e casamento realizados na Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, podemos perceber a partir desse fato uma dinâmica na economia do Piauí, pois os crioulos, ou seja, os escravos locais nascidos no Brasil, não são mais suficientes e é necessário enviar escravos de outros locais. Isso alimenta ainda mais a economia, pois se há necessidade de mais mão de obra é por que existe mais produção e trabalho. Para isso é necessário existir uma dinâmica de tráfico/trafego de escravos, rotas comerciais, marítimas e terrestres e agentes que controlem essa dinâmica. Essa temática ainda é pouco explorada pela historiografia visto que não se tinha documentos que nos mostrasse a presença de africanos nessa região e é abordado de maneira muito superficial nessa pesquisa, mas que merece ser aprofundada.

É importante perceber que o Piauí não estava isolado e não pode ser estudado com um olhar reduzido a esta região. Para compreender a dinâmica de produtos, pessoas, escravos, cores, tráfico/trafego, sacramentos, autoridades, missionários, nativos, conflitos, negociações e resistências e necessário analisar os fatos e fontes históricas do século XVIII de uma maneira mais global. Percebendo que os limites e as fronteiras são muito mais algo simbólico do que real, existe um sistema global que alimenta toda uma rede de comércio independente das fronteiras. Logo o Piauí está conectado com o Maranhão, a Bahia, o Pernambuco, Minas Gerais, Lisboa. Seja através do contato entre as pessoas, seja pela comunicação por cartas, seja pelas negociações e trocas.<sup>55</sup>

Acredito que não seja possível obter conclusões definitivas para qualquer que seja o objeto histórico, principalmente quando esse está a séculos de distância do nosso tempo presente e o que temos são apenas vestígios/fontes de uma época passada. O século XVII e XVIII no Maranhão e Piauí, ainda é rodeado pelo desconhecido, principalmente no que se refere ao Piauí. Apesar de a historiografia piauiense possuir boas produções em relação a essa temática é ínfimo comparado ao que temos em aberto sobre esse período histórico.<sup>56</sup>

---

<sup>55</sup> ANTUNES, Cátia – *Cutting corners: when borders, culture and empire do not matter*. Leiden: 2017

<sup>56</sup> Sobre a historiografia do Piauí ver: CHAVES, Monsenhor. *Obras Completas*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves; ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória Cronológica, histórica e corográfica*

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos viventes*. A formação do Brasil no atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BARROSO JUNIOR, Reinaldo. *Nas rotas do Atlântico Equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800)*. Salvador: UFBA, Dissertação de Mestrado, 2009.

BETHENCOURT, Francisco. Configurações políticas e poderes locais. *A Expansão Marítima Portuguesa*, v. 1400, n. 1800, p. 207-264, 2010.

BOXER, Charles Ralph. *O Império Colonial Português, 1415 - 1825*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

BRANDÃO, Tanya M. P. *O Escravo na Formação social do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 1999

CHAKRAVORTY, Gayatri. Spivak” *Can the subaltern speak?*”. Harvard University Press, 1999.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). *Revista Brasileira de História*, v. 26, n. 52, p. 79-114, 2006.

COSTA, Francisco Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. 3ª Ed./v.1. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.

FALCI, Miridan B. K. *Escravos do Sertão: Demografia, Trabalho e Relações Sociais*. Teresina: FCMC, 1995.

---

*da província do Piauí*. Teresina: SEDUC, 2005; SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas*; BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: familiar e poder*. Teresina: FCMC, 1995; MOTT, Luiz. *Piauí Colonial: População, Economia e Sociedade*. 2ª Ed. Teresina: APL/FUNDAC/DETRAN, 2010.

- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- HESPANHA, António M. *As vésperas do Leviathan: Instituições e poder político, Portugal – séc. XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.
- IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América Portuguesa. Século XVIII*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012
- LIMA, Solimar Oliveira. *Braço Forte: Trabalho escravo nas Fazendas da Nação no Piauí – (1822 – 1871)*. Passo Fundo: UPF, 2005.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- MOTT, Luiz. *Piauí Colonial: População, Economia e Sociedade*. 2ª Ed. Teresina: APL/FUNDAC/DETRAN, 2010.
- NUNES, Odilon. *Pesquisa para a história do Piauí: Pré-história. Primeiros contatos com a terra. Primórdios da colonização e ausência de governo*. Teresina: FUNDAPI; Fund. Mons. Chaves, 2007.
- PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Íbero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)*. 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

PRICE, Richard & MINTZ, Sidney. *O nascimento da cultura Afro-Americana*. Rio de Janeiro. Ed. Pallas. 2005.

RODRIGUES, Aldair Carlos. Homens de negócio: vocabulário social, distinção e atividades mercantis nas Minas setecentistas. *História (São Paulo)*, v. 28, n. 1, p. 191-214, 2009.

RUSSELL-WOOD. A. J.R. “Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500- 1800”. *Revista brasileira de História*. vol. 18 n. 36 São Paulo 1998.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial; 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SLENES, ROBERT W. ““Malungu, Ngoma vem!”: África coberta e descoberta no Brasil”. *REVISTA USP*, número 12 (dez./jan./fev., 1991-1992).

SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações da formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SWEET, James H. *Recriar África: cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770)*. Lisboa, Portugal: EDIÇÕES 70, 2007.

THOMAZ, Luís Filipe Ferreira Reis. *De Ceuta a Timor*. Difel, 1994.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

TORNTON, John. *A África e os Africanos na formação do mundo atlântico*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

#### **OBRAS RARAS:**

ANTONIL, André João (Giovanni Antonio Andreoni). *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1982. 1. ed. 1711.

AZEVEDO, Lúcio de. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Bosquejo histórico com vários documentos inéditos. Lisboa, Livraria e Ed. Tavares Cardoso e Irmão, 1901.

PRAZERES, Frei Francisco de Nossa Senhora dos. “Paranduba Maranhense ou Relação Histórica da província do Maranhão em que se dá notícias dos sucessos mais celebres que nela têm acontecido desde o seu descobrimento até o ano de 1820, como também das suas principais produções naturais etc”. *IHGB*. Rio de Janeiro: Tomo LIV, Parte I. Typ. Laemmert & Cia, 1891.

Anônimo. “Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí”. *IN\_*. *IHGB*, tomo 62, parte I, 1900.

#### **FONTES:**

Memória de Domingos Gomes sobre a descrição das fazendas existentes no Piauí. AHU-PIAUÍ – CU- 016, Cx. 7. Doc. 15. 02 de Dezembro de 1722.

APEPI. Resumo de todas as pessoas, livres cativas, fogos e fazendas da cidade, vilas e sertões da capitania de S. José do Piauí. Capitania do Piauí. Livro II – 1764-1770. SPE//COD. 147. ESTN. 02 PRAT. 01.

[Carta do Padre António Machado referindo a necessidade de aumentar o número de fiéis na zona do Rio Mearim (S. Luís do Maranhão)]. - S. Luís do Maranhão 14 de Agosto de 1751. - [F. 58-60] : papel ; 30 cm

[ENTRADA de navios negreiros em um porto]. [S.l.: s.n.], 1813. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mssI25\\_2\\_27.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mssI25_2_27.pdf)>. Acesso em: 29 mar. 2018.

JORGE, Manuel Joaquim. Carta explicando a melhor maneira de comerciar escravos, para o aumento destes na capitania do Pará. Lisboa, Portugal: [s.n.], 1798. 1 doc. (4p.). Disponível: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mssI29\\_19\\_2.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mssI29_19_2.pdf)>. Acesso em: 29 mar. 2018.

VASCONCELOS, Dionísio de Freitas. Abaixo assinado dos homens de negócio da praça do Pará, dirigido a d. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares, reconhecendo os bons serviços que tem ao comercio e a navegação [S.I], 1791. 3 p. Orig. MS. Coleção Linhares.

Carta Régia e certidão sobre compra e transferência de escravos de Pernambuco para Minas Gerais por Estevão Martins Torres. Lisboa, 1739 – 1740. 6p. Orig. MS. Coleção Casa dos contos.

Ofício do ouvidor do Piauí, António José de Moraes Durão, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], sobre o envio de uma relação dos moradores, fazendas e sítios do Piauí, com as qualidades, sexo e idades, 15 de Junho de 1772, Oeiras do Piauí. AHU – PIAUÍ, Cx. 10, doc. 17/AHU\_ACL\_CU\_016, Cx.12, D. 864. O mesmo documento encontra-se transcrito em MOTT, Luiz. *Piauí Colonial: População, Economia e Sociedade*. 2ª Ed. Teresina: APL/FUNDAC/DETRAN, 2010.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João sobre as muitas mortes naquela capitania tem feito os servos a seus senhores V., 16 de novembro de 1733. AHU\_ACL\_CU\_16, Cx. 2, D. 100.

Arquivo do NUPEDOCH referente à paróquia de Nossa Senhora da Vitória da cidade de Oeiras. Livros de Batismos e de casamentos de escravos e índios – Freguesia de Nossa Senhora da Vitória (1760-1890).

Arquivo Público do Estado do Piauí – APEPI. Série: Município/ Subsérie: Oeiras/ Anos: 1752-59 – 1764-65-66-67-69-70-72-73-74-75-76-77-78-79 – 1780-81-82-83-84-85-86-87-88-89 – 1790-1799-1869. Caixa 97.

APEPI. *Cartas Avulsas*. Capitania do Piauí. Ofícios ao Governador do Estado do Maranhão- 1788-1798. SPE. COD. 395. EST. 04. PRAT. 01.

OFÍCIO do [governador do Piauí], João Pereira Caldas, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a sua tomada de posse e o estado em que encontrou a capitania, a expulsão dos padres da Companhia de Jesus e o seqüestro de seus bens; AHU\_ACL\_CU\_016, CX. 7.

#### ANEXOS:

Registros de batismos de escravos no ano de 1767				
PRETO	CRIOULO	MESTIÇO	MULATO	PARDO
79	31	9	11	5
Preta Joana	Maria Solteira	Thereza Maria do Rosário	Antônia Mulata Solteira Escrava	
Isabel Maria de Brito Forra	Miguel Solteiro		Isabel da cruz Mulata Solteira	
Rita Escrava	Francisca Solteira		Isabel Mulata solteira escrava	
Thereza Escrava Solteira	Manoel da Costa (Dono de escravo)			
Maria da Costa Forra	Luiza Escrava			
Rosa Solteira Escrava	Helena			
Vitória da Silva forra casada	Luiza Casada			
Caetano de Melo forro/Casado	Miguel solteiro			
Preto Leonor da Costa Forro, casado dono de escravo	Anna da Silva <u>Solteira</u>			

Maria Rodrigues Preta Angola Solteira Escrava	Anna Escrava
Preto José Escravo	Anna Crioula
Garcia Escrava	
Maria preta Solteira Escrava	
Anna Preta Escrava	
Isabel Preta Solteira Escrava	
Preto Felix Alves solteiro	
Preta Lourança solteira escrava	
Preta Isabel Solteira Escrava	
Isabel preta Escrava Solteira	
Florencia Duarte Solteira preta escrava	
Francisco machado Solteiro preto escravo	
Francisco machado Solteiro preto escravo	

TABELA 1: Registros de Batismos 1760-1790. Arquivo da Arquidiocese de Oeiras disponibilizado pelo NUPEDOCH.



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA  
"JOSÉ ALBANO DE MACEDO"

**Identificação do Tipo de Documento**

- ( ) Tese  
 ( ) Dissertação  
 (X) Monografia  
 ( ) Artigo

Eu, Guitiele Gonçalves dos Santos,  
 autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de  
 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,  
 gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação  
"Um só povo de nações tão diversas": escravidão e  
mestiçagens no Estado do Maranhão e Piauí, 1751-1800  
 de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título  
 de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 30 de Setembro de 2019.

Guitiele Gonçalves dos Santos

Assinatura

Guitiele Gonçalves dos Santos

Assinatura